

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2008/2009**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA.

**RELAÇÕES SINO-RUSSAS**

**JOÃO JOSÉ LARANJEIRA DE BRITO AFONSO**  
**CTEN**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**RELAÇÕES SINO-RUSSAS**

**João José Laranjeira de Brito Afonso**

**CTEN**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Lisboa 2009



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**RELAÇÕES SINO-RUSSAS**

**João José Laranjeira de Brito Afonso**

**CTEN**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2008/09

Orientador: MAJ CAV José Luís Simões

Lisboa 2009



## **Agradecimentos**

Dedico as minhas primeiras palavras...

À minha família, em especial à minha “patroa” mais pequena, Catarina Afonso, a quem peço perdão e compreensão, por, mais uma vez na vida, estar tão perto e tão longe ao mesmo tempo.

Agradeço ao meu orientador, Major CAV José Luís Simões, pela disponibilidade que sempre me ofereceu e acima de tudo pelos excelentes conselhos e pela informação que me disponibilizou.

Agradeço ao meu director de Curso, Sr. Coronel Guerra Pereira, por simplesmente ter confiado e acreditado na minha pessoa.

Agradeço ao Dr. Carlos Silva e Dr.<sup>a</sup> Teresa Cunha pela meticulosa revisão do texto e pertinência das sugestões.

Agradeço também aos meus camaradas do Curso de Estado Maior Conjunto 2008/2009, que, pela boa disposição, camaradagem e espírito de entreaajuda, contribuíram em muito para a minha moral na escrita deste Trabalho de Investigação Individual.

A todos, muito obrigado.



## **Índice**

1. Introdução.....	1
2. História recente: dos antecedentes das relações entre a República Popular da China e a Rússia. ....	4
a. Rússia.....	4
b. República Popular da China.....	5
c. Relações bilaterais .....	7
3. Análise dos factores mais relevantes da relação sino-russa .....	10
a. Políticas de Energia .....	10
b. Políticas de Cooperação.....	14
4. Actuais relações sino-russas com os principais actores regionais e globais .....	21
a. Península da Coreia .....	21
b. Japão .....	22
c. Taiwan .....	24
d. Índia .....	26
e. Ásia Central.....	28
f. Médio Oriente .....	30
g. Estados Unidos da América .....	31
h. União Europeia.....	32
5. Conclusões.....	35
Referências bibliográficas.....	40

## **Apêndices**

Apêndice 1 - Entrevistas realizadas.....	1
--	---

## **Anexos**

Anexo A – Cronologia dos problemas fronteiriços entre a china e a Rússia. ....	Anx A-1
Anexo B – Relações comerciais entre a China e a Rússia (1995 a 2005) .....	Anx B-1
Anexo C – Representação de todos os países pertencentes à SCO .....	Anx C-1



## **Resumo**

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e com o desagregar do Pacto de Varsóvia, a ordem mundial alterou-se e o mundo bipolar desapareceu.

De um misticismo negativo, aos olhos ocidentais, que a Rússia e a República Popular da China traziam do passado recente, do receio de uma ocupação, imposição de uma ideologia política, ou melhor, de uma imposição de um regime político a terceiros, surge uma nova percepção: dois países que simplesmente querem ter o seu lugar no mundo. É verdade que nos dias de hoje apresentam uma imagem mais ocidentalizada, do que no passado, mas são países com uma cultura e história muito antiga e procuram a sua afirmação como potências influenciadoras, acima de tudo de âmbito regional.

Durante a década de 1960 aconteceram uma série de disputas fronteiriças entre a União Soviética e a República Popular da China, ocorrências estas que levaram à especulação de que a guerra entre eles era possível. Em 2001 foi assinado um acordo que visava o estabelecimento e reconhecimento das respectivas fronteiras, terminando assim uma longa disputa entre estes dois países. Este acordo visava também a cooperação e o desenvolvimento das relações comerciais. Exemplos desta cooperação, incluíam o aumento das vendas de equipamento militar russo, a venda de matérias-primas à República Popular da China, a realização de exercícios militares em conjunto, bem como o melhoramento das relações diplomáticas.

Embora, actualmente, as relações entre estes dois países sejam fortes, as motivações que levaram a esta união de esforços poderão ou não estar em declínio e o futuro desta relação é incerto.

Este trabalho apresenta uma análise das relações entre estas duas grandes potências, a Rússia e a República Popular da China. São também analisadas as relações com os principais países que mais influenciam estes actores, e reciprocamente, com o propósito de perspectivar a sua evolução futura.



## Abstract

*With the fall of the Berlin wall in 1989 and the disaggregation of the Warsaw Pact, the world order changed and the bipolar world disappeared.*

*From a negative mysticism (to the eyes of the western world) that Russia and China had from a recent past, namely: the distrust of potential occupation, the imposition of a political ideology, or even the compulsion to an unwanted political regime, emerges a new perception: two countries wanting to establish their place in the world.*

*Nowadays Russia and China present themselves with a westernized image, but the truth is that they are countries with an ancient culture and history and presently look for their affirmation as influence generating regional powers.*

*During the 1960's some border disputes occurred between the Soviet Union and the People's Republic of China. These disputes led to speculate that war between them was a possibility.*

*In 2001 a treaty aiming the institution and recognition of common border, was signed, thus ending a long dispute between both countries. This treaty also addressed the development of cooperative trade relations. Examples of such cooperation included the increase of Russian military equipment sales, selling raw materials to People's Republic of China, planning and conducting joint military exercises and the improvement of diplomatic relations.*

*Albeit the relations between these two countries are, nowadays, solid, the motivations that led to such understanding might be fading or not and the future is uncertain.*

*This study presents an analysis of the relations between these two great powers: Russian and the People's Republic of China. The relations with the most important countries, which exert mutual influence, are also analyzed. The main purpose is to analyze its future evolution.*



## **Palavras-Chave**

Combustíveis

Cooperação

China

Energia

Organização de Cooperação de Xangai

Rússia





## Lista de Abreviaturas

### **A**

ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ABM	Tratado Anti-Balístico

### **B**

BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
------	-------------------------------

### **C**

CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CGNPC	<i>China Guang Dong Nuclear Power</i>
CNDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSTO	<i>Collective Security Treaty Organization's</i>

### **D**

DPRK	<i>Democratic People's Republic of Korea</i>
------	--

### **E**

EUA	Estados Unidos da América
-----	---------------------------

### **N**

NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NSSP	<i>Next Steps in Strategic Partnership</i>

### **O**

OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
------	---

### **P**

PIB	Produto interno bruto
-----	-----------------------

### **S**

SCO	Organização de Cooperação Xangai
-----	----------------------------------

### **R**

RDPC	República Democrática Popular da Coreia
ROK	<i>Republic of Korea</i>
RATS	<i>Regional Anti-Terrorist Structure Shanghai Cooperation Organization</i>

### **Z**

ZEE	Zona Económica Exclusiva
-----	--------------------------



## **1. Introdução**

### **Definição do contexto**

Há mais de duas décadas que a República Popular da China (China) e a Rússia têm vindo a reforçar as suas relações no que diz respeito a assuntos de segurança e defesa.

No contexto actual, a Rússia apresenta fragilidades em termos de crescimento económico e demográfico quando comparada com a China. No entanto, continua a reafirmar-se como potência nuclear, militar e política e pretende continuar a manter a sua influência política, não só na região da Ásia, bem como à escala mundial. Por oposição, a China é hoje um país em ascensão, no âmbito económico, militar, político e nuclear, dadas as suas características demográficas apresentam uma das maiores taxas de crescimento económico a nível mundial. Esta tendência demográfica crescente pode vir a desequilibrar a balança de poderes regionais, com implicações a nível mundial.

Em 2001, seis países (Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão) formaram a Organização de Cooperação de Xangai (SCO). No caso da Rússia, a participação na SCO é aparentemente motivada pelo interesse da Rússia em recuperar a identidade do passado como potência mundial. A China, por seu lado, tem como motivações para participar na SCO várias preocupações de carácter económico e de segurança, sendo a sua adesão um meio para os alcançar a longo prazo. A actual distribuição de poder mundial tem proporcionado uma aproximação em determinadas áreas, e a SCO tem sido palco desta aproximação.

### **Justificação do estudo**

As relações sino-russas têm impacto no aumento ou na resolução de conflitos regionais, no equilíbrio do poder militar na região asiática, bem como em questões de proliferação nuclear.

Após a criação da SCO em 2005 juntaram-se a este grupo, como países observadores, a Índia, o Paquistão, a Mongólia e o Irão, especulando-se, assim, sobre um potencial eixo militar asiático, contra-balançando a influência norte-americana no continente asiático.

### **Delimitação do estudo**

O estudo centrar-se-á na análise dos factores políticos, económicos, demográficos, militares, ambientais e recursos energéticos no que respeita à relação entre a China e a Rússia e a sua interacção com os países de relevo no continente asiático (Coreia do Norte, Japão, *Taiwan*, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão e Irão) e nas relações com a União Europeia e os Estados Unidos da América.



A questão do Paquistão não se aborda profundamente, porque se entende ser uma relação sino-americana. O relacionamento com os países da Europa de Leste não foi considerado para este estudo. A política interna de cada país (China e Rússia), apesar de relevante, também não foi considerada devido à limitação de espaço.

### **Objectivos da investigação**

Pretende-se efectuar uma análise das relações entre a Rússia e a China com vista a identificar as tendências de evolução no que respeita: à estrutura da região, com enfoque na demografia regional (humana, económica, ambiental); às relações militares e comerciais; aos instrumentos bilaterais de cooperação; às relações entre a China e a Rússia com os países já mencionados e que se considera ter um impacto substancial na economia, segurança, defesa e conflitualidade; e aos instrumentos internacionais de cooperação, com particular relevo para a Organização de Cooperação de Xangai.

### **Metodologia**

Para que possamos desenvolver o nosso estudo, foi elaborada a seguinte questão central:

**QC:** *“Como vão evoluir as relações sino-russas na próxima década?”*.

Elaborámos as seguintes questões derivadas, de forma a desenvolver e a responder à questão central deste trabalho:

**QD1:** Qual é a importância geopolítica das relações sino-russas no continente asiático?

**QD2:** Nas relações sino-russas, quais os potenciais campos de cooperação e qual o objectivo principal da sua política externa?

**QD3:** Qual o papel da Organização de Cooperação de Xangai no relacionamento entre a China e a Rússia?

**QD4:** Quais as possíveis áreas de competição?

Foram então levantadas as seguintes hipóteses de investigação:

**H1:** A importância geopolítica das relações sino-russas resulta da dimensão dos seus territórios: a China com a sua elevada população e a sua localização geográfica que a potencia como poder continental na região Ásia-Pacífico, e a Rússia com a sua influência geográfica, nuclear e militar e que apresenta vastos recursos energéticos, pretendendo manter a sua influência política como actor internacional;

**H2:** Os potenciais campos de cooperação são: energia, área militar e área política e diplomática, tendo como um dos objectivos a limitação da influência norte-americana na região da Ásia Central;



**H3:** O papel da Organização de Cooperação de Xangai tem sido o de, essencialmente, funcionar como uma plataforma de entendimento, proporcionando à China e à Rússia, perante um quadro multilateral conveniente, a gestão dos seus interesses nos Estados recentemente independentes da Ásia central;

**H4:** As possíveis áreas de competição são o desenvolvimento e comercialização de tecnologia militar e a influência regional.

De forma a efectuar uma análise das relações entre a China e a Rússia, iremos proceder à identificação, análise e avaliação de factos e, para isso, pretende-se seguir o método que assentará numa pesquisa bibliográfica e documental através da *internet* e de entrevistas a entidades ou personalidades que, pela sua experiência relacionada com o assunto em estudo ou pela função desempenhada em estruturas internacionais, possam contribuir para o esclarecimento desta questão. O método utilizado será o dedutivo.

De forma a facilitar a linguagem e a compreensão deste trabalho, iremos considerar que as expressões: República Popular da China – Utilizar-se-á para designar “República Popular da China” o termo China; República da China - Utilizar-se-á para designar “República da China” o termo Taiwan; Relações sino-russas – Neste âmbito devem entender-se como as relações diplomáticas, comerciais e militares entre a China e a Rússia.

### **Organização do estudo**

Iremos dividir este trabalho em quatro capítulos, seguido das conclusões. Após a introdução deste trabalho, no segundo capítulo, apresentamos um enquadramento histórico recente bem como a relação bilateral entre estes dois países. A fim de compreender a psicologia da relação, precisamos de remeter a análise para o registo histórico, com especial incidência em determinados marcos/eventos. Estes têm sido essenciais na formação da parceria estratégica e continuam a exercer uma forte influência sobre o seu curso futuro. No terceiro capítulo pretende-se efectuar uma abordagem dos factores mais relevantes da relação sino-russa, analisando as políticas de energia no que diz respeito aos combustíveis fósseis e energia nuclear. Ainda dentro deste capítulo, será feita uma abordagem às políticas de cooperação, através dos tratados militares, cooperação militar e sobre a Organização de Cooperação de Xangai. No quarto capítulo é efectuada uma análise das actuais relações sino-russas com os principais actores regionais e globais, nomeadamente a Península da Coreia, Japão, *Taiwan*, Índia, Ásia Central, Médio Oriente, Estados Unidos da América e por fim com a União Europeia. Terminaremos este trabalho respondendo às questões derivadas e à questão principal que orientou este trabalho.



## **2. História recente: dos antecedentes das relações entre a República Popular da China e a Rússia**

### **a. Rússia**

Os primórdios do Império Russo surgem no século XII através do Principado de Moscovo que, após 200 anos de subjugação mongol, expulsou este Império<sup>1</sup> e gradualmente conquistou e absorveu os principados circundantes. No início do século XVII, uma nova dinastia - os *Romanov* - prossegue a política de expansão em toda a Sibéria até ao Pacífico. Com a governação do Czar Pedro I, no período de 1682 a 1725, o território foi alargado até ao Mar Báltico.

Com os tratados de *Aigun* (1858) e Pequim (1860), a dinastia *Qing* cedeu à Rússia parte dos seus territórios do Extremo Oriente e a perda dos mesmos criou uma questão territorial pendente entre Moscovo e Pequim. A Rússia está bem ciente de que esses territórios foram cedidos sob coacção, um facto que os torna permanentemente suspeitos das ambições irredentistas chinesas. Estas preocupações foram aguçadas pela insistência dos chineses em 1858 e 1860 em descrever os tratados como desiguais<sup>2</sup> e impostos pelas potências imperialistas estrangeiras sobre uma China indefesa (Lo, 2006: 7). Ainda durante o século XIX foram efectuadas anexações de território na Europa e na Ásia.

Durante o período de 1904 a 1905 deu-se a derrota da Rússia na guerra russo-japonesa, que por sua vez contribuiu para a Revolução de 1905, resultando na formação da Duma<sup>3</sup> e em outras reformas. Durante a Primeira Guerra Mundial o exército russo sofreu uma série de derrotas o que levou a um conjunto de motins nas principais cidades do Império Russo e, por fim, ao respectivo derrube do sistema imperial em 1917. Neste ano dão-se duas revoluções, sendo que na última o comunista *Vladimir Lenine* toma o poder e em 1922 forma a URSS<sup>4</sup>. No período de 1928 a 1953 José Estaline governa com uma “mão de ferro” a denominada União Soviética.

Durante a governação de Estaline, a relação com a China, através do seu líder *Mao Zedong*, foi instável. Estaline jogou com os dois lados (comunistas e nacionalistas) na guerra civil chinesa, tendo-se constatado que o apoio a *Mao* foi frequentemente condicional. Mesmo após a vitória final comunista, em 1949, a relação permaneceu difícil, embora a assistência soviética para o desenvolvimento industrial fosse crítica para a China.

---

<sup>1</sup> Durante os séculos XII e XV.

<sup>2</sup> O Tratado de *Aigun* foi um acordo subscrito em 1858 entre os representantes do Império Russo e da dinastia *Qing* da China, na localidade manchu de *Aigun*. É um de muitos "Tratados Desiguais" que a China se viu obrigada a assinar com as potências estrangeiras durante o século XIX.

<sup>3</sup> Parlamento.

<sup>4</sup> União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.



Estaline não gostava da independência política e ideológica de *Mao*, enquanto que este não apreciava o comportamento paternalista soviético em relação à China.

As tensões entre Moscovo e Pequim voltaram a acentuar-se com o seu sucessor, *Nikita Khrushchev*. Disputas ideológicas, de personalidade, confrontos entre dois líderes de grandes egos e divergências sobre a fronteira comum e o papel internacional da China em tudo contribuíram para uma espectacular deterioração das relações bilaterais. Em 1960, a inquebrável amizade desmoronou-se completamente, assistindo-se à retirada de 1390 conselheiros militares soviéticos da China (Lo, 2006: 7).

Entre 1985 e 1991, *Mikhail Gorbachev* assume funções de secretário-geral do Partido Comunista Soviético e introduz duas reformas, a *Glasnost*<sup>5</sup> e a *Perestroika*<sup>6</sup>, numa tentativa de modernizar o comunismo. Em Dezembro de 1991, a URSS divide-se em 14 Repúblicas independentes.

Embora os primeiros resultados tivessem sido modestos, a visão de *Gorbachev* consistia em estabelecer relações de cooperação entre a Rússia e os seus vizinhos – com o Japão, com a Coreia do Sul e principalmente com a China. Na realidade, esta responsabilidade recai nos sucessores de *Gorbachev*, *Boris Yeltsin* e *Vladimir Putin*, no sentido de traduzir ideais de cooperação em verdadeiras políticas. No entanto, o progresso excepcional das relações sino-russos durante os 15 anos seguintes não teria provavelmente sido possível sem a visão de *Gorbachev* (Lo, 2006: 8). Actualmente, a Rússia é composta por uma população de aproximadamente cento e quarenta milhões de pessoas e o seu vasto território abrange dois continentes. A Federação Russa, ou Rússia, é um país da Eurásia, composto por 48 regiões, 21 repúblicas, 16 distritos e 2 cidades federais (CIA(a), 2009).

#### **b. República Popular da China;**

*“A nossa nação não será mais sujeita ao insulto e à humilhação. Andamos de corpo erguido [...] A era em que o povo chinês era considerado fora da civilização, terminou.”*

*Mao Zedong*

O século II a.c. é referido como o momento em que a China foi unificada na forma de um grande reino ou império (UM, 2008?). As dinastias sucessivas desenvolveram sistemas de controlo burocrático que permitiriam ao Imperador chinês administrar o vasto território que viria a ser conhecido como a China. Desde a implementação da República,

<sup>5</sup> Transparência

<sup>6</sup> Reestruturação.



no início do século XX<sup>7</sup>, a China atravessou períodos conturbados, caracterizados pelos múltiplos conflitos internos causadores de um ambiente de guerra civil latente. Após a expulsão dos japoneses no final da Segunda Guerra Mundial, continuou a guerra civil entre os comunistas e os nacionalistas<sup>8</sup>, que terminou em 1949 com a derrota e subsequente fuga e refúgio destes últimos em *Taiwan*. Em 1 de Outubro de 1949, *Mao Zedong*, líder do Partido Comunista, proclamou em Pequim a República Popular da China, instituindo um sistema político socialista. Sendo um regime de cariz socialista, autoritário e totalitário, a China fechou-se sobre si própria, pelo que o comércio externo não estava autorizado, assentando a sua economia na agricultura.

Durante a década de 1950, a China e a União Soviética mantiveram um relacionamento relativamente estável face à convergência ideológica e à dependência<sup>9</sup> económica que Pequim tinha de Moscovo.

Mais tarde as tensões entre Moscovo e Pequim incendiaram-se com o governo de *Nikita Khrushchev* e as divergências respeitantes às políticas de luta contra o capitalismo e imperialismo, associadas às reivindicações territoriais que marcaram o fim da cooperação entre estes dois países. Percebe-se, assim, que em 1960 a inquebrável amizade entre estes dois países se tenha desmoronado completamente. Em 1969 surge o pico das tensões entre Pequim e Moscovo devido a uma série de confrontos ao longo do rio *Ussuri* que resultaram em vários milhares de mortes, principalmente para o lado chinês. Embora estes confrontos tenham recebido muito menos publicidade do que a crise dos mísseis cubanos em 1962, foi um dos mais graves focos de tensão no período da Guerra Fria e poderia, facilmente, ter degenerado num conflito de proporções muito mais graves, se tivermos a noção que ambos os países possuíam armas nucleares neste período da história. A partir deste marco histórico (em 1969), as relações melhoraram ligeiramente durante os anos setenta. Os EUA, em 1971, iniciaram uma série de medidas com o objectivo de reduzir as tensões sino-soviéticas para níveis aceitáveis. Em 1972, os EUA mudam a sua postura em relação a *Taiwan* e reconhecem a China como legítima sucessora da China imperial e consideram a ilha de *Taiwan* como fazendo parte do território, embora com autonomia alargada (Ramonet, 2005). A década de 1990 testemunhou progressos significativos no relacionamento sino-russo, com vista à finalização dos problemas de fronteiras comuns, à

---

<sup>7</sup> No dia 01 de Janeiro de 1912.

<sup>8</sup> As forças que lutavam contra o exército japonês eram compostas por dois movimentos, o Partido Nacionalista liderado por *Chiang Kai-shek* e o Partido Comunista liderado por *Mao Zedong*.

<sup>9</sup> A assistência soviética foi essencial para a RPC, para o desenvolvimento industrial e de armas nucleares, apesar de José Estaline não apreciar a independência política e ideológica de *Mao Zedong*, enquanto este desgostava da postura paternalista da União Soviética.





resolução de questões relacionadas com a emigração ilegal<sup>10</sup>, no extremo oriente russo, e à crescente convergência sobre as principais questões internacionais. O comércio bilateral permaneceu modesto ao longo da década, sendo estimado em 56 mil milhões de dólares por ano.

Nos últimos anos a modernização interna da China fortaleceu os laços diplomáticos, tanto para leste, com a Coreia do Sul, Japão e outros países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), como para oeste, com a Rússia e com os países da Ásia Central. Em 2001 é, então, criada a Organização de Cooperação de Xangai. São estabelecidos acordos de fronteira<sup>11</sup> com a Rússia, terminando um conflito de gerações, mas os problemas de imigração ilegal para a Rússia continuam e com o desenvolvimento económico surge um problema de poluição grave. Relativamente a este aspecto, refira-se que a China teve, nos últimos anos um crescimento económico médio, relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) de, 10%<sup>12</sup>.

Para 2009, e perante a crise económica mundial, o Banco Mundial prevê um crescimento anual do PIB de apenas 6,5%, mas mesmo assim apresenta uma das taxas de crescimento económicas mundiais mais elevadas (Globo, 2009).

Actualmente a China é composta por uma população de aproximadamente 1,3 mil milhões de pessoas e é considerado o quarto maior país do mundo, encontrando-se organizado administrativamente em 23 províncias, cinco regiões autónomas, quatro municípios e ainda as duas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau (CIA, 2009a).

### **c. Relações bilaterais**

As relações sino-russas têm um grande significado para a região asiática, bem como para a política global. Pequim e Moscovo descrevem hoje a sua relação como uma cooperação estratégica de igualdade e de confiança, orientada para o século XXI.

Em 2001 Rússia aceita a China como parceira, baseando-se em cinco princípios chineses: o da coexistência pacífica; o respeito mútuo; a confiança; a igualdade, e por fim, o da não interferência mútua nos assuntos respeitantes a cada Estado. A China apoia a pretensão da integridade da Rússia no que diz respeito à Chechénia e a Rússia apoia a

---

<sup>10</sup> Na última década, tem-se verificado um grande fluxo de imigrantes legais e ilegais do lado chinês para a Rússia, e, tem-se verificado um êxodo de russos a migrarem das suas zonas fronteiriças para centros mais desenvolvidos. Os serviços governamentais russos estimam uma entrada de 10 milhões de trabalhadores estrangeiros todos os anos.

<sup>11</sup> Consultar Anexo A – Cronologia dos problemas fronteiriços entre a RPC e a Rússia.

<sup>12</sup> Em 2007, teve um crescimento de 11,9%, e em 2008, teve um crescimento de 9%.





política de uma só China, nomeadamente no que diz respeito à questão de *Taiwan*<sup>13</sup>. Moscovo também apoia as políticas de Pequim, relativamente ao Tibete e a *Xinjiang* e recusa-se a explorar a situação de agitação islâmica com mais de 20 anos em *Xinjiang*. Do mesmo modo, a Rússia considera de vital importância que a China apoie a guerra na Chechénia e que se oponha a qualquer levantamento islâmico na Ásia Central ou na Rússia. No entanto, este tipo de postura não se verificou em Agosto de 2008, quando a parceria estratégica entre Moscovo e Pequim foi testada durante a SCO, em *Dushubane*, no Tajiquistão, poucos dias depois de a Rússia ter reconhecido a independência das repúblicas separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia (BBC Brasil, 2008). A SCO esteve reunida num momento em que Moscovo estava isolada internacionalmente a propósito do passo inesperado do reconhecimento das duas repúblicas que formalmente fazem parte da Geórgia. Os parceiros da Rússia na SCO, a China e as quatro antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central – Tajiquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Cazaquistão – emitiram uma declaração comum em que é realçado o papel “activo da Rússia na região”, mas salientam também que desejam que a crise seja resolvida por meios pacíficos e que deve ser tida em conta a integridade territorial das partes envolvidas, não sendo dado assim o aval ao reconhecimento da independência destes enclaves da Geórgia. A declaração não surpreende, mas ilustra o posicionamento da China no plano internacional e a forma como as quatro repúblicas se encaixam entre os vizinhos gigantes (Fernandes, 2008).

No período de 2001 a 2005, foram assinados três tratados que, para além da cooperação, boa vizinhança e amizade, deram início a um processo de reconhecimento oficial das suas fronteiras (Lo, 2006: 11). Em 2005, os 4300 km de fronteira comum foram finalmente demarcados na sua totalidade. Moscovo e Pequim também concordaram, relativamente a todas as questões regionais, para além das já mencionadas nos parágrafos anteriores, na questão do Irão e do Iraque. Em 2005, e pela primeira vez, realizaram-se exercícios militares conjuntos (Lo, 2006: 4).

O relacionamento entre a Rússia e a China é caracterizado, no entanto, por várias dicotomias. Provavelmente, a mais influente destas dicotomias seja a noção russa da China como a encarnação da figura de bom e de mau do oriente. Por um lado, a China é um importante parceiro estratégico económico, e por outro, a China representa para muitos russos a mais grave ameaça a longo prazo para a segurança nacional (Lo, 2006: 5).

---

<sup>13</sup> Esta postura apresenta traços pragmáticos, pois a Rússia, não identificando Taiwan como um Estado soberano, desenvolve relações comerciais com este território, mas também não apoia a filiação em qualquer organização internacional cujo critério de adesão seja o de Estado.



Apesar do ritmo vertiginoso de modernização chinesa nos últimos 30 anos, muitos russos ainda pensam na China como o seu “quintal”. Este pensamento reflecte, em parte, a persistente influência da era soviética e estereótipos desactualizados, mas também decorre da percepção russa de um exército chinês numericamente massivo mas pouco desenvolvido tecnologicamente. Embora estas noções tenham sofrido alterações em virtude das novas realidades da China, esta continua a ser encarada como um país de segunda classe, em comparação com o Japão ou a Coreia do Sul. Derramamentos de produtos tóxicos como o de benzeno no rio *Songhua*, em Novembro de 2005, que ameaçou o abastecimento de água da cidade de *Khabarovsk* na fronteira russa só confirmam essa percepção (Lo, 2006: 5).

Em última análise e segundo Lo, a mais flagrante dicotomia na parceria estratégica entre a Rússia e a China, está nas suas posturas recíprocas contrastantes. A Rússia olha para a China com profunda desconfiança e ansiedade, mesmo quando pretende alargar a cooperação com a mesma. Apesar de todos os rumores positivos e da necessidade de um reforço pragmático, continua a haver alguma desconfiança. As abordagens chinesas para a Rússia são muito mais auto-confiantes. Há poucas dúvidas na postura de que é Pequim que detém as cartas mais fortes na relação, mesmo sabendo que é a Rússia que tem os recursos energéticos e que tem um grande arsenal nuclear. Pequim tem poucas ilusões sobre a verdadeira postura da Rússia para com a China. No entanto, qualquer que sejam os reveses temporários e decepções que possam ocorrer, a Pequim acredita que quanto mais longa e mais profunda a relação evoluir, mais o balanço de poder irá inclinar-se para a China (2006: 5).

Por outro lado, as tensões bilaterais, segundo *Weitz*, persistem sobre a imigração ilegal chinesa para a Rússia, assim como sobre a incapacidade das autoridades chinesas para deter os efeitos da poluição da China para a Rússia. As autoridades russas demonstram alguma preocupação, a longo prazo, pela estagnação demográfica e económica das regiões que fazem fronteira com a China e pela explosão demográfica do lado chinês, considerando-a uma potencial ameaça à segurança da Rússia (2008: 3).

No entanto, o futuro das relações entre estas duas grandes nações aparenta ser brilhante. As necessidades extremas de consumo energético da China e o desejo da Rússia em aumentar as exportações de petróleo e gás apontam para um crescimento substancial das relações económicas. O actual ambiente internacional parece oferecer uma abundância de oportunidades para a cooperação sino-russa na luta contra as ambições dos EUA na região asiática (Lo, 2006: 4).



### **3. Análise dos factores mais relevantes da relação sino-russa**

#### **a. Políticas de energia**

A China e a Rússia deviam ser naturalmente parceiros energéticos. De facto, a procura chinesa por energia é crescente e os depósitos de petróleo e gás da Rússia estão muito mais perto da China do que outros mais distantes, situados em África e no Golfo Pérsico. No entanto, as divergências políticas e económicas mantiveram os dois países divididos por questões vitais, relacionados com a sua segurança energética mútua, enfraquecendo perspectivas de um bloco energético exclusivo russo/chinês na Eurásia (Weitz, 2008: 17).

Actualmente a segurança energética representa invariavelmente um importante ponto da agenda nas cimeiras sino-russas. Como resultado da economia emergente da China, esta tornou-se num dos maiores compradores mundiais de petróleo, gás natural e de tecnologias nucleares (Weitz, 2008: 17).

Mas face ao impacto negativo do elevado preço do petróleo na economia chinesa, a China, em 2006, começou a investir fortemente em “energias renováveis” com o objectivo de reduzir a sua exposição aos combustíveis fósseis e diversificar as fontes de energia para consumo interno, face ao consumo das energias tradicionais, consideradas mais poluentes<sup>14</sup>. A China, actualmente, investe em energias mais limpas e menos poluentes, designadamente: na energia nuclear, na energia hidroeléctrica, na energia eólica e energia solar. Com o intuito de reduzir a sua dependência do mercado tecnológico nuclear russo, estabelece contratos de construção com empresas francesas (GP, 2008).

Neste sentido, encetou projectos de promoção da energia nuclear, prevendo construir num total de 25 centrais nucleares até 2020, bem como uma estratégia de desenvolvimento de energias mais limpas, principalmente através da energia eólica e hídrica. A empresa estatal CGNPG iniciou em Fevereiro de 2007 um projecto de energia eólica em *Daan (Jilin)* com uma produção de energia prevista de 50 MW (CGNPG, 2009a). Estão também em construção os projectos de *Huitengliang*, *Suqiteyouqi*, *Durbote*, *Wulijie* e *Wulanchabu* (Mongólia Interior) e *Guazhou (Gansu)*, *Chabei (Hebei)* e *Taishan (Guangdong)* com uma capacidade total instalada de mais de 1000 MW. A primeira fase de trabalhos preparatórios foi lançada em projectos de energia eólica na Mongólia Interior, *Jilin*, *Gansu*, *Hebei*, *Guangdong*, *Helongjiang*, *Xinjiang*, *Fujian*, *Hainan*, *Jiangsu*, *Zhejiang* e *Liaoning* com uma potência total de reserva de mais de 10000 MW (CGNPG,

---

<sup>14</sup> O do carvão e do petróleo.



2009b). Para além destes investimentos, iniciou também outros projectos de energia eólica no *Sheyang (Jiangsu)*, *Taishan (Cantão)* e *Chabei (Hebei)*. A China, ao investir em energias mais limpas, para além de mostrar uma nova imagem ao exterior, também pretende reduzir a poluição atmosférica que as suas indústrias actualmente produzem. Ainda em 2006, Pequim lançou uma campanha a fim de reduzir 20% do consumo de energia por unidade de PIB e as emissões poluentes em 10%, até 2010, em comparação com os níveis de 2005. Em 2008 colhe os frutos desta política, tendo reduzido o consumo de energia por unidade de PIB em 2,88% (EMRPCB, 2008).

### **(1) Combustíveis fósseis**

As tensões e as incertezas são mais evidentes na questão energética entre a China e a Rússia. Pelo lado positivo, tanto para a Rússia como para a China, face a um crescimento extraordinário, que está fixado para continuar por muitos anos. A Rússia está determinada em capitalizar a alta dos preços mundiais do petróleo e do gás, traduzida numa abordagem muito mais vigorosa e diversificada dos mercados e de rotas de gasodutos. A estratégia nacional energética da Rússia prevê que até 2020 a parcela de exportações de petróleo para a Ásia aumentará dos actuais 3% para o valor de 30% e exportações de gás até 15%, prevendo que a China será o seu maior consumidor. Assim, a China consolidou a sua posição como principal país consumidor de energia de toda a Ásia, ampliando o fosso entre ela e outros mercados asiáticos, como o da Coreia do Sul e do Japão (para quem a disputa territorial com a Rússia continua a ser um sério obstáculo ao desenvolvimento estratégico de relações económicas) (Lo, 2006: 16).

Efectivamente, existe na China um fosso entre a produção energética e o consumo enorme de energia, derivado do rápido crescimento económico. Este consumo deverá expandir-se ainda mais nas próximas duas décadas. Segundo Richard Weitz<sup>15</sup> e baseando-se nos relatórios da *Energy Information Administration*<sup>16</sup>, o consumo de petróleo na China está previsto aumentar dos 7,4 mil milhões de barris por dia em 2006 para 15 mil milhões de barris por dia de petróleo em 2030. Do mesmo modo, o consumo de gás natural deve aumentar dos actuais 49 mil milhões de metros cúbicos para 198 mil milhões de metros cúbicos durante o mesmo período. Contudo, os recursos energéticos internos da China não são capazes de satisfazer a crescente procura interna, particularmente a procura de petróleo e de gás natural. Embora a China tenha reservas energéticas substanciais de carvão (13% das reservas mundiais), de petróleo (2% a 3%) e de gás natural (1%), estas

---

<sup>15</sup> Analista político militar, director associado do Instituto Hudson.

<sup>16</sup> Entidade governamental norte-americana, responsável pelas estatísticas do consumo de energia.



são relativamente pequenas quando comparadas com a procura agregada da China, tornando-se cada vez mais incapaz de satisfazer a procura interna. Além disso, apesar de Pequim continuar a exploração e produção doméstica de petróleo, é pouco provável que consiga travar a onda de crescimento de importações do mesmo. As reservas de petróleo da China, incluindo os dos campos *Daqing*, *Shengli*, e *Liaohe*, que produzem a maioria do petróleo bruto da China, estão a esgotar-se rapidamente. A produção *offshore* pode, no entanto, ajudar a compensar declínios na produção em terra. Esta combinação limitada de recursos energéticos e o aumento interno da procura levou os dirigentes chineses a adoptar uma estratégia multifacetada face à energia (Weitz, 2008: 18).

Por outro lado, Moscovo está a tornar-se cada vez mais sensível aos riscos de dependência excessiva face à China como principal mercado de petróleo e gás russo.

Idealmente, a Rússia procura novos mercados asiáticos para o consumo de energia de forma a cobrir uma região mais vasta da Ásia-Pacífico, para além da China, nomeadamente o Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos e Sudeste da Ásia. Atingir esse resultado permitiria a Moscovo ditar os termos e condições de entrega e explorar de forma mais eficaz a energia como um instrumento de influência geopolítica na região Ásia-Pacífico. Tal como as coisas estão, actualmente, a China detém a posição dominante entre a Rússia e os clientes asiáticos de energia, significando que o comprador, neste caso, é pelo menos tão influente como o vendedor, apesar da reputação da Rússia como uma superpotência energética (Lo, 2006: 16).

Perante a atitude chinesa de procura de mercados alternativos, os governantes russos recusaram-se a assumir compromissos sobre a construção, e qual o itinerário, do oleoduto da Sibéria Oriental. O duplo tratamento que tem marcado esta longa e confusa saga tem muitas causas, mas, em última análise, é motivada por uma certa relutância em confiar na China como um parceiro a longo prazo em matérias de energia. Pequim é favorecida na rota para o terminal de *Daqing*, província de *Heilongjiang*. A China poderia assumir o monopólio dos clientes e permitir-se ditar os preços, manipulando os respectivos volumes.

Consequentemente, e segundo Lo, Moscovo prefere a ideia de ter acesso a uma área mais vasta de mercado, na região da Ásia-Pacífico, através da construção de um gasoduto para *Perevoznaya* na costa do Pacífico. No entanto, enquanto este itinerário faz mais sentido em termos de flexibilidade estratégica, existem mais dificuldades técnicas, comerciais e políticas à proposta. Em primeiro lugar, estima-se que há reservas de petróleo no leste da Sibéria mas que são insuficientes para justificar a construção isolada de um



oleoduto por razões comerciais. Em segundo lugar, um oleoduto para a costa do Pacífico seria efectivamente ignorar o maior cliente de energia na Rússia da região (a China) em favor do Japão e dos EUA. Em terceiro lugar, a escolha da rota causaria atritos com Pequim. Embora este não seja em si mesmo um problema insuperável, seria, assim, incentivar os chineses a intensificar a busca por fornecedores alternativos de petróleo (e gás), como já o estão a fazer na Ásia Central, África e na América do Sul. A agitação sobre o itinerário do oleoduto do leste da Sibéria é agravada pela Rússia ao tentar equilibrar o mercado asiático, dominado pela China em relação ao mercado energético existente na Europa. Um jogo geopolítico para o qual não está melhor equipada em termos de gestão. Embora a disputa do gás com a Ucrânia em Janeiro de 2006, e recentemente em 2009, tenha suscitado pânico na Europa sobre a segurança energética, a posição de Moscovo não é tão forte como os *media* ocidentais a têm retratado (2006: 15).

A Rússia precisa dos seus principais mercados de energia na Europa porque não pode contar com os mercados chineses, tendo necessidade de ter a respectiva folga no caso de uma desaceleração ou colapso da procura. Por outro lado, o mercado chinês é crítico para a Rússia, porque a China oferece mais dividendos imediatos em termos de nova procura, bem como é mais seguro para o caso de a União Europeia procurar novas fontes de abastecimento, uma vez que advertiu que poderia fazê-lo após as perturbações causadas pela disputa de gás entre a Rússia e a Ucrânia (Lo, 2006: 16).

Efectivamente, em Junho de 2006, o Presidente da Rússia *Vladimir Putin* ordenou a construção do oleoduto da Sibéria, alterando o seu itinerário, optando pelo percurso mais complexo em direcção à região do pacífico e estando previsto terminar a primeira fase em 2008, situação esta que ainda não se verificou, em resultado da falta de financiamento (Fellers, 2006). Recentemente, e segundo o *Asian Times Online*, de acordo com o anúncio de Pequim no dia 17 de Fevereiro de 2009, aquando da reunião entre os Vice-Primeiros-Ministros *Wang Qishan* e *Igor Sechin*, a China e a Rússia tinham finalmente chegado a acordo sobre condições de um empréstimo da *China Development Bank* em 25 mil milhões de dólares à empresa estatal russa *Rosneft*, exportador de petróleo e à empresa de oleodutos, *Transneft*, com a contrapartida de efectuar transferências de petróleo durante um período de 20 anos, não inferior a 241 000 de barris de petróleo por dia (Fellers, 2006). Este episódio mostra-nos o quanto a economia russa é fragilizada e dependente da economia chinesa.

## **(2) Energia nuclear**

A energia nuclear representa uma outra área de possível colaboração. Actualmente,





operam na China onze reactores nucleares que produzem menos de 2% da electricidade do país, comparado com os mais de 25% no Japão e cerca de 75% em França.

O governo chinês pretende duplicar este número para 5% em 2020, prevendo construir mais 25 centrais nucleares com uma capacidade total de 40 000 MW, com a qual se poderia abastecer um país como a Espanha (YN, 2009). A Rússia, por outro lado é um fornecedor internacional e líder de tecnologias de construção civil da energia nuclear. Em Novembro de 2007, a China assinou um acordo preliminar com a Rússia para a construção de dois reactores nucleares de 1 000 MW na sua central nuclear situada em *Tianwan*. A empresa russa *Atomstroyexport Corporation* já construiu dois reactores em *Tianwan* e eventualmente espera construir um total de oito reactores nesse mesmo local (Weitz, 2008: 19-20).

## **b. Políticas de cooperação**

### **(1) Tratados militares**

Para além das questões económicas e políticas, a Rússia e a China impuseram limites nas forças convencionais em vigor ao longo das suas fronteiras. O processo de Xangai, que se transformou em Organização de Cooperação de Xangai, conduziu a três acordos a saber: o acordo de 1990 com o reforço da confiança mútua nas reduções de forças nas fronteiras sino-russas; o acordo de 1996, de *confidence building* na zona fronteiriça, e o de 1997 sobre o Acordo Mútuo de Redução das Forças Armadas nas áreas fronteiriças (Hundman, 2008).

Historicamente, os contratos, ou tratados militares entre a Rússia e a China, eram implementados numa base de acordos pontuais e nunca vistos como uma parte de uma estratégia política mais larga, apesar da diplomacia pró-activa em relação à China do então presidente russo *Boris Yeltsin*, sendo criadas condições para o relacionamento comercial na área do equipamento militar. A partir de 2000, o comércio foi conduzido pelo lado chinês estando disposto a adquirir equipamento militar sofisticado a preços razoáveis.

Em 16 de Julho de 2001, os presidentes da Rússia e da China assinaram o Tratado denominado de “Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação” em Moscovo. Este tratado é o primeiro acordo deste tipo entre estes dois países asiáticos, desde que *Mao Zedong* assinou um tratado<sup>17</sup> com José Estaline, em 1950.

---

<sup>17</sup> As negociações para o tratado foram realizadas em Moscovo entre os líderes *Mao Zedong* e, e José Estaline. O tratado implicava para os soviéticos fornecer um crédito de 300 milhões de dólares para a RPC. Também determinou o regresso à RPC o controlo das principais ferroviárias e as cidades de *Port Arthur* e *Dairen* na *Manchúria*; todos estes elementos tinham sido apreendidos pelas forças russas perto do fim da Segunda Guerra Mundial. O tratado diz respeito a agressões futuras por parte do Japão ou por qualquer



No entanto, o tratado de 2001 entre a Rússia e a China deixou bem claro que os dois países não tinham planos imediatos para formar uma aliança mais estreita. Desde o colapso da União Soviética, em 1991 que Moscovo e Pequim têm colocado os seus diferendos em segundo plano e forjaram uma parceria estratégica. Este acordo “abriu a porta” para estabelecer uma ampla cooperação sino-russa, a fim de compensar as contestadas questões fronteiriças. Com o assinar deste acordo os dois governantes realçaram o esforço em resolver as questões deixadas pela história.

A Rússia e a China afirmam que o Tratado Anti-Balístico (ABM) de 1972 é uma pedra basilar para a estabilidade estratégica e que deve ser mantido (Li, 2001). Os dois vizinhos também apelaram para que se possam estabelecer conversações internacionais a fim de evitar a proliferação de mísseis e deixar o espaço livre de armas. Tanto a Rússia como a China advertem que a proposta de escudo de defesa anti-míssil norte-americano iria perturbar o equilíbrio estratégico global e iria desencadear uma nova corrida ao armamento. Devemos ter atenção que o arsenal nuclear da China é pequeno quando comparado com o da Rússia e até mesmo uma defesa antimíssil limitada poderia corromper o seu valor dissuasivo. Tanto a China como a Rússia afirmam que a sua parceria não é contra os EUA na região asiática e nem prevêem uma aliança militar entre os dois países (Li, 2001).

## **(2) Cooperação militar**

Entre 1991 e 1996 as vendas de equipamento militar da Rússia à China foram estimadas em mil milhões de dólares (Blank, 2000). Em 1999, Pequim e Moscovo duplicaram a assistência militar pela segunda vez. Assim, foi estabelecido um programa de cinco anos com um orçamento de vinte mil milhões de dólares, estimando-se o investimento de 4 mil milhões de dólares por ano em armas e tecnologia militar. A cooperação militar previa visitas de ambos os países de oito a doze delegações militares por ano a infra-estruturas militares a fim de promover os laços bilaterais militares. O novo acordo previa também o envio de mil e duzentos a dois mil estudantes chineses, para efectuarem estudos em academias militares russas. Ambos os governos se comprometiam a efectuar exercícios conjuntos em momento oportuno.

Efectivamente, em 2001 os gastos atingiram os 4 mil milhões, para, no período de 2001 a 2005 os gastos terem rondado os 2,1 mil milhões de dólares (Pirchner, 2008: 318).

Em Agosto de 2005, a Rússia e a China realizaram exercícios militares (*Peace 2005*) – a primeira vez em mais de 40 anos! A escala do evento foi considerável, pois

---

nação sua aliada. *Zhou En-lai* orgulhosamente declarou que a ligação das duas nações comunistas criaram uma força que era "impossível a derrotar (H, 2009).





envolveu aproximadamente 10000 militares, dos quais 8000 eram militares chineses e os meios navais envolvidos foram cerca de 70 navios e submarinos e diversas aeronaves (Weitz, 2008: 34). Apesar da afirmação pública que o objectivo das manobras era a coordenação contra o terrorismo internacional, estas afirmações eram difíceis de sustentar, pois as acções anti-terroristas não exigem a utilização de bombardeiros estratégicos e a utilização de meios navais em larga escala. Aparentemente, a mensagem enviada pelo respectivo exercício foi a de que a região Ásia-Pacífico era um domínio sino-russo e que ninguém deveria contestar a sua influência (Haas, 2006).

Apesar do exercício *Peace* 2005 ser no âmbito da SCO, os únicos participantes foram a Rússia e a China. Em 2007 realizou-se o exercício *Peace* 2007, no âmbito da SCO, sendo a sua dimensão mais modesta, onde os intervenientes eram unidades de escalão Batalhão de outros países da SCO. Está previsto para 2009 a realização do exercício com a designação de *Peace* 2009, onde se prevê a utilização de unidades de escalão Brigada.

Por outro lado, a importância relativa do comércio de armas está a diminuir. Embora a China continue a ser o principal cliente<sup>18</sup> de armas russas (apenas à frente da Índia), é pouco provável que o valor das transacções exceda os 2 mil milhões de dólares; na verdade, o valor total das exportações mundiais de armas russas em 2005 foi apenas de 6,1 mil milhões de dólares (Lo, 2006: 14).

Apesar da relativa dependência russa em relação à China, no que diz respeito ao mercado militar, Moscovo recusa-se a comercializar determinadas tecnologias, com receio de uma exploração abusiva dos respectivos equipamentos. Exemplo disso foi a recente comunicação de 10 de Março de 2009 sobre a recusa da venda de aviões de caça *Su-33* para operar em ambiente de porta-aviões, com receio de que Pequim viesse a produzir versões mais baratas do respectivo avião (Novosti, 2009). Este contrato vinha a ser negociado desde 2006, onde a China pretendia comprar 50 caças *Su-33 Flanker-D* para o futuro porta-aviões que os chineses pretendem adquirir ou construir. Fontes oficiais do ministro da defesa russo confirmaram que a China tentou produzir uma versão do caça russo *Su-27SK* em violação do acordo de “propriedade intelectual”.

Em 1995 a China garantiu um contrato de construção com a Rússia de 200 *Su-27SKs* no valor de 2,5 mil milhões de dólares. Esta aeronave foi apelidada de J-11A e foi construída através da empresa chinesa *Shenyang Aircraft Corp.* O contrato de construção exigia que a aeronave viesse a ser equipada com tecnologia russa, (radares e

---

<sup>18</sup> De acordo com a publicação “*The Journal of Post-Soviet Democratization*” Volume 16, number 4 fall 2008, A empresa *Rosoboronexport*, é a única empresa estatal russa, autorizada a vender equipamento militar para o exterior da Rússia. Actualmente a RPC, é o seu principal cliente com uma absorção das vendas em cerca de 95%, podendo se reflectir sobre a grande dependência da Rússia em relação à RPC.



motores), mas em 2006 a Rússia cancelou o acordo pois descobriu que a China estava a desenvolver uma versão “indígena” do J-11B, com radares e motores chineses<sup>19</sup>.

Apesar da posição de força que a Rússia adoptou, o jornal “*The Moskovsky Komsomolets*” de 10 de Março de 2009, revela-nos novamente uma posição de contradição e de dependência da China, no que diz respeito à venda de equipamento militar, pois afirma que, apesar de ter cancelado o contrato da construção das aeronaves Su-33, não lhe fecha completamente a porta, pois sabe que a China necessita desesperadamente destas aeronaves a fim de equipar o futuro porta-aviões chinês de 48000 toneladas a ser construído em 2011. A China anunciou, também, a intenção de construir um porta-aviões nuclear até 2020 (Novosti, 2009).

### **(3) Relações comerciais**

A ambivalência em relação à política está espelhada na esfera económica. Por um lado, existe um “boom” no comércio que não dá sinais de abrandar. Por outro lado, existe a desconfiança que os limita politicamente e que também prejudica as relações económicas bilaterais. Futuras possibilidades de crescimento nas relações são temperadas por preocupações russas em relação à dependência excessiva face à China, considerando-se assim como uma vulnerabilidade para a Rússia. De 1999 a 2005, as relações comerciais entre a Rússia e a China subiram de 5,7 mil milhões de dólares para 29,1 mil milhões de dólares<sup>20</sup>. Como resultado deste crescimento, a China tornou-se para a Rússia o segundo maior parceiro comercial depois da União Europeia. Além disso, estima-se que o chamado “comércio não oficial”, principalmente o transfronteiriço, tenha aumentado para mais de 10 mil milhões de dólares. Genericamente, as exportações de máquinas e equipamentos russos para a China diminuíram quase 50% em 2005, enquanto as exportações chinesas dos mesmos itens aumentou (Lo, 2006: 14). As principais áreas de comércio entre estes dois países são o petróleo e seus derivados, equipamento militar e madeira e estima-se que o valor das relações comerciais atinja o valor de 70 mil milhões de dólares em 2010 (Pirchner, 2008: 318).

### **(4) Organização de Cooperação de Xangai**

A Organização de Cooperação de Xangai surgiu a partir de uma série de negociações de segurança de fronteiras, iniciadas em Novembro de 1992, entre Pequim e as antigas Repúblicas Soviéticas, situadas ao longo da fronteira da República Popular da China (Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e a Rússia). Em 26 de Abril de 1996, estes cinco países começaram a realizar cimeiras anuais conhecidas como *Xangai Five*. Com a

---

<sup>19</sup> Apesar do cancelamento do contrato a RPC, tinha já construído 95 aeronaves J-11A.

<sup>20</sup> Consultar Anexo B.



realização da primeira cimeira em Xangai, os cinco governos assinaram um Tratado sobre Aprofundamento da Confiança Militar nas regiões fronteiriças. Este tratado visava o estabelecimento de um conjunto de medidas de confiança nos militares ao longo das suas fronteiras partilhadas. Em 25 de Abril de 1997 ocorreu em Moscovo a segunda cimeira, onde assinaram o Tratado sobre Redução de Forças Militares nas Regiões de Fronteira que restringia a capacidade militar convencional e respectivas actividades numa área de cem quilómetros de largura, ficando esta desmilitarizada ao longo dessas fronteiras comuns. Após a realização de cinco cimeiras, outras preocupações surgiram, nomeadamente questões económicas e outras, incluindo a maneira de lidar com o terrorismo regional ou o tráfico de estupefacientes. Em 2001, os governos envolvidos decidiram que precisavam de mais um mecanismo permanente para abordar a sua agenda multilateral. Com o surgimento destas novas preocupações, sucedem-se reuniões mais frequentes, com o intuito de expandir o alcance das agências governamentais a fim de abranger a segurança, assuntos económicos e outros (Weitz, 2008: 66). Na cimeira de Junho de 2001 ingressou neste grupo o Uzbequistão, apelidando-se de Organização de Cooperação de Xangai, substituindo assim a designação de *Xangai Five* (Mendes, 2008: 228).

Segundo as investigadoras Mendes e Freire, a SCO deve ser encarada como uma organização internacional criada com o propósito de evitar a expansão de determinadas religiões com comportamentos extremistas, de carácter revolucionário, com implicações na segurança regional, visando também o interesse comum do crescimento económico a longo prazo, através da colaboração e cooperação. Desde 2001 que a SCO tem adoptado como principais preocupações a criminalidade, o tráfico de estupefacientes, o desenvolvimento económico, o transporte, as comunicações, a energia, a guerra no Afeganistão e o terrorismo. Este último tema tornou-se a questão mais importante de preocupação para os seus membros (Weitz, 2008: 67). No que diz respeito a matérias de segurança e assuntos militares, a SCO visa tornar-se um bloco militar de relevo, tendo em conta que estes países todos juntos representam três quintos da Eurásia, o que corresponde a um quarto da população mundial (Mendes, 2008: 225). Actualmente outros países aspiram a um lugar de participante de pleno direito neste grupo: o Irão a Mongólia; a Índia e o Paquistão<sup>21</sup> - todos estes gozam ainda do estatuto de observador. Sendo profícuas as parcerias na região asiática, em função dos interesses pessoais de cada país, tanto a Rússia como a China vêem com bons olhos a aproximação destes países observadores da SCO, porque individualmente servem interesses

---

<sup>21</sup> Consultar Anexo C.



personais e regionais dos dois gigantes asiáticos (Mendes, 2008: 225).

Na realidade, a SCO, como anteriormente referido, não se assume como uma aliança direccionada, contra os EUA, mas sim como uma tentativa de promoção das interligações regionais, constituindo assim um mecanismo de controlo dos seus próprios membros e observadores, visando procurar conter os interesses dos EUA e do ocidente na região asiática (Mendes, 2008: 228).

Para além do esforço em conter a influência norte-americana na região, nem a China nem a Rússia mostram intenção em hostilizar os EUA, reconhecendo a sua importância no equilíbrio regional. O facto é que ambos os países se servem da SCO como uma base de sustentação onde impõem as suas influências, o que faz com que ambos se alinhem com os EUA em determinadas questões de segurança internacional, evitando serem marginalizados (Mendes, 2008: 229). Alguns autores defendem que, à falta de objectivos comuns e estratégias positivas na SCO, na realidade a China procura mercados e recursos energéticos e a Rússia anseia por recuperar o papel de super-potência no teatro internacional, sendo que os países restantes da SCO consideram esta organização como garantia política de sobrevivência (Mendes, 2008: 230). A reflectir este pensamento, alguns autores consideram que a SCO não reflecte uma identidade colectiva de interesse por cada um dos seus membros. Cada Estado tem, portanto, diferentes reacções a eventos regionais e internacionais. Durante a sua história, os membros da Ásia Central pertencentes à SCO têm apoiado os EUA em acções de política externa, apesar da hesitação ou suspeita perante estas acções por parte de Moscovo ou Pequim. Alguns Estados, por iniciativa própria, optaram por prosseguir relações bilaterais com os EUA, em oposição à retórica da cimeira da SCO, o que demonstra alguma falta de consciência de grupo. Assim, a SCO não deve ser considerada como uma identidade impulsionada de interesses e segurança colectiva da comunidade ou um exemplo do desenvolvimento de uma identidade colectiva regional. Mas por outro lado, todos os Estados membros da SCO reconhecem a importância da cooperação regional e interdependência como resposta ao desafio da segurança regional a longo prazo, da cooperação económica e do aumento dos laços culturais. Hoje, os membros da SCO mostram algumas características de interdependência económica e de segurança. No entanto, isto não significa que a SCO reflecta um momento económico internacional de endurecimento do regime de funcionamento, apesar do seu quadro institucional. A maioria dos resultados económicos concretos desses encontros tem sido os acordos bilaterais entre os países.

A SCO tem patrocinado, desde a sua criação, uma série de actividades, intituladas de



exercícios antiterroristas, envolvendo forças militares, bem como serviços secretos. Em Outubro de 2002, a China e a República do Quirguistão realizaram o primeiro exercício bilateral antiterrorista no âmbito do quadro da SCO, envolvendo operações conjuntas nas fronteiras com centenas de tropas. Em Agosto de 2003, todos os governos da SCO, com excepção do Uzbequistão, participaram no primeiro exercício conjunto patrocinado pela SCO. Este exercício envolveu mais de 1000 militares em vários cenários de contra-terrorismo na região leste do Cazaquistão e em *Xinjiang* na China. Em Agosto de 2005 realizaram-se os maiores exercícios militares com o patrocínio da SCO envolvendo todos os seus membros de pleno direito. A SCO ganhou notoriedade no Ocidente, em Julho de 2005, quando os governos da Rússia e da China e a maioria dos países da Ásia Central, inesperadamente exortaram os Estados Unidos e os seus aliados para definir um calendário para pôr fim à sua presença militar na região. No início de Março de 2006, o Uzbequistão afirmou-se como nação hospedeira do exercício multilateral sob a sua égide, *East Antiterror-2006* (RFMD, 2008?).

Apesar dos esforços, segundo Weitz, para imporem a retirada norte-americana e dos seus aliados da região, aparentemente, com o ressurgimento dos talibãs no Afeganistão, tem esmorecido o interesse sino-russo em precipitar uma rápida retirada militar ocidental. Em vez disso, a SCO tem-se tornado mais empenhada no desenvolvimento da capacidade de proteger os seus governos contra os desafios internos, ou externos (2008: 70).

Ao contrário da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da União Europeia e da NATO, a SCO aderiu explicitamente ao princípio de não interferência em assuntos internos, o que na prática significa que não exigirá aos seus membros o respeito pelas normas internacionais dos direitos civis.

O último exercício combinado da SCO foi o *Peace Mission 2007* que ocorreu durante o mês de Agosto de 2007. Ao contrário do exercício *Peace 2005* em que praticamente participaram apenas forças chinesas e russas, este foi o maior exercício conjunto da SCO em seis anos de história, Tendo participado cerca de 6500 militares e 80 aeronaves nas duas fases, incluindo 2000 militares da Rússia e 1600 militares da China. A *Peace Mission 2007* parecia destinada a reforçar a capacidade dos participantes das forças armadas para reprimir uma tentativa de uma rebelião popular, como a que ocorreu em 2005 em *Andijon*, Uzbequistão (Weitz, 2008: 70).



#### **4. Actuais relações sino-russas com os principais actores regionais e globais**

##### **a. Península da Coreia**

A Península da Coreia está localizada na zona mais a leste do continente asiático e tem fronteira a oeste com a República Popular da China e a norte com a Rússia.

Esta península, encontra-se, aparentemente, numa situação instável tendo como quadro político a possível reunificação dos Estados da Península. O actual *status* poderá não durar eternamente, pois há autores que defendem que esta estratégia se encontra “envenenada” e poderá não manter o respectivo equilíbrio de poder a longo prazo (Magalhães, 2008: 341). Ainda assim, a política assumida tem sido a da cooperação e não a da estratégia de absorção a curto prazo, mantendo a estabilidade e a paz.

O desenvolvimento político, económico e militar da Península da Coreia sempre se apresentaram como uma preocupação, tanto para a China como para a Rússia (Weitz, 2008: 78). Apesar de ambos os países terem interesses comuns sobre a Península, ambos conduzem políticas independentes mas paralelas. Aliás, esta postura verifica-se desde a Guerra da Coreia em 1950 e mais precisamente no final dessa década, com o colapso da aliança sino-soviética, quando estes dois países competiam pela influência sobre Pyongyang<sup>22</sup>. Apesar da Coreia do Norte ter aberto as suas portas a fim de receber apoio destes dois regimes comunistas, a China apresentou uma posição de destaque neste relacionamento. No entanto, a postura de ambos os governos<sup>23</sup> foi geralmente frustrada com a imprevisibilidade do comportamento xenófobo por parte do governo<sup>24</sup> norte-coreano (Weitz, 2008: 78), pois o governo de Pyongyang não se comprometia exclusivamente com um único país.

A China e a Rússia sempre se opuseram à política de armamento nuclear da Coreia do Norte, acreditando que este comportamento criaria o caos na Península da Coreia. Existe o receio de que a Coreia do Norte, ao falhar como Estado, poderá induzir perturbações económicas de uma forma generalizada na Ásia Oriental, gerando assim massas de refugiados que iriam cruzar as fronteiras em busca de melhores condições de vida, enfraquecendo, assim, a respectiva posição de interlocutores como a China ou a Rússia, sobre *Pyongyang*, mas na pior das hipóteses poderia precipitar um conflito militar directo na Península que poderia eventualmente espalhar-se pelo território da China. Na realidade, tanto Moscovo como Pequim desejam uma mudança de comportamento, mas

---

<sup>22</sup> Capital da Coreia do Norte.

<sup>23</sup> O da RPC e o da Rússia.

<sup>24</sup> *Kim Il-Sung*, exerceu o cargo de primeiro-ministro de 1948 a 1972, assumindo depois o cargo de presidente da Coreia do Norte até à sua morte em 1994.



não de regime (Weitz, 2008: 78). Seul<sup>25</sup> junta-se também nestas intenções. Assim, estes três estados pretendem promover a reforma económica na Coreia do Norte, integrando simultaneamente o país na mais ampla comunidade económica da Ásia Oriental. Através destes meios, esperam estabilizar a Coreia do Norte, a curto prazo, moderando a sua política externa a longo prazo (Weitz, 2008: 79). A Rússia e a China, pelas suas relações com a Coreia do Sul, estão indubitavelmente ligadas à Coreia do Norte; se a China é contra o desenvolvimento e aquisição de armamento nuclear, Seul também o é. Pequim e Seul sabem que com o colapso do regime da Coreia do Norte, serão estes dois países a assumir o encargo do apoio humanitário e sustentabilidade económica. Assim, ambos preferem promover reformas económicas na Coreia do Norte e integrar a Coreia do Norte na economia regional (Weitz, 2008: 87).

Com o possível colapso do regime da Coreia do Norte, a Rússia sofreria menos que a China, uma vez que as suas relações com a Coreia do Norte são menos robustas do que com as da China. Porém, com a Coreia do Sul, Moscovo tem vindo a desenvolver relações económicas significativas na última década. Para isso têm contribuído as relações comerciais, que em 2006 rondaram aproximadamente 9 mil milhões de dólares (Weitz, 2008: 88) em produtos como gás, petróleo e equipamento de defesa. A Coreia do Sul surge assim como um importante parceiro comercial da Rússia, o que dá a Moscovo vários motivos para ser favorável ao desenvolvimento económico e à estabilidade com Seul.

#### **b. Japão**

O relacionamento entre o Japão, a China e a Rússia sempre foi questionável face a problemas relacionados com disputas territoriais.

Ao contrário da situação na Europa, o fim da Guerra Fria não trouxe uma melhoria significativa no ambiente de segurança regional na Ásia Oriental. Enquanto a China e a Rússia têm resolvido em grande parte os seus diferendos fronteiriços, as suas relações bilaterais com o Japão são atormentadas por graves conflitos territoriais. No entanto, Pequim e Moscovo têm tentado solucionar os conflitos com o Japão de forma bilateral, sem tentarem coordenar as suas posições no que respeita às disputas com o Japão ou às suas ânsias sobre o papel crescente do Japão em matéria de segurança ou noutras questões (Weitz, 2008: 88).

A China e o Japão têm como diferenças principais os programas de modernização militar e os acessos aos recursos naturais sob o Mar da China Oriental. Os japoneses

---

<sup>25</sup> Capital da Coreia do Sul.





preocupam-se com a emergente postura económica da China, em termos políticos e militares, em relação ao Japão e ao seu aliado americano. Existe uma disputa territorial de uma cadeia de ilhas entre *Taiwan* e *Okinawa* chamada *Diaoyu* em chinês e *Senkaku* em japonês (Xiaokun, 2009).

É um facto histórico que os EUA desempenharam um papel significativo nas disputas territoriais destas ilhas, pelo menos na fase inicial com a entrega destas ilhas (*Diaoyu*, *Senkaku*) ao Japão em 1971, e com o retorno de *Okinawa*, por parte da administração norte-americana.

Muitos empresários japoneses continuam a ver a China como uma “cornucópia” de possibilidades comerciais. O comércio sino-japonês ultrapassou o comércio EUA-Japão, tornando-se a China o parceiro comercial de topo do Japão (Macdonald, 2008).

No final da década de 1990, navios chineses têm realizado estudos nas águas reivindicadas pelo Japão, agravando as disputas sobre direitos de prospecção submarina na exploração de campos de gás natural no Mar da China Oriental. Outro problema surgiu, ainda quando o Japão aderiu à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNDM), pretendendo definir a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) de 200 milhas a partir da sua costa. A China afirma que a sua ZEE não começa na sua costa, mas a partir da borda da sua plataforma continental submersa, o que contraria o artigo 57º da CNUDM. Em Maio de 2004, Pequim autorizou empresas chinesas a iniciarem a perfuração e exploração de campos de gás no Mar da China Oriental. Em Novembro de 2004, os japoneses detectaram um submarino nuclear chinês nas suas águas territoriais próximo de *Taiwan*. Em resposta, o Japão autoriza as suas empresas a efectuarem a perfuração e exploração de campos de gás na área da tão disputada região. Em Novembro de 2006 e Janeiro de 2007, o governo japonês solicitou formalmente à China o cessar da produção dos campos de gás no Leste do Mar da China (Hirokaw, 2007).

Com o fim da ameaça militar soviética, o Japão tem mostrado cada vez maior preocupação relativamente às intenções militares da China. Efectivamente, a China tem efectuado gastos avultados<sup>26</sup> na modernização das suas forças armadas, o que tem sido uma preocupação para o Japão (Weitz, 2008: 91). No entanto, as relações sino-japonesas têm melhorado desde 2006. Em Abril de 2008, os dois países concordaram em criar uma linha de comunicações para emergências em assuntos de defesa e delinearam planos de intercâmbio

---

<sup>26</sup> De acordo com o “*The New York Times*” de 5 de Março de 2007, o governo Chinês anunciou, em 4 de Março, um aumento de 17,8% nos gastos militares, correspondendo, nesse ano a um dos maiores investimentos na área militar.





de visitas de navios a ambos os países. Possivelmente, esta linha de comunicação poderá evitar um aumento do escalonamento de incidentes militares (Weitz, 2008: 93).

O relacionamento russo-japonês é também problemático, à semelhança do relacionamento sino-japonês. A Rússia e o Japão têm sido incapazes de resolver as suas disputas territoriais sobre o que os russos chamam de “*Kurils* do Sul” e o Japão rotula de “os seus Territórios do Norte”. Estas ilhas *Kunashir*, *Iturup* (*Etorofu*), *Shikotan* e *Habomai-Moscou* têm permanecido sob o controlo russo desde a ocupação militar soviética no final da Segunda Guerra Mundial. O governo soviético expulsou os habitantes originais e estabeleceu bases militares. O Japão afirmou que o Tratado de San Francisco, de 1951, ao abrigo do qual cedeu mais de 50 ilhas *Kuril* para a União Soviética, não inclui as quatro ilhas que englobam os chamados “Territórios do Norte” (Miller, 2004).

Em 1956 houve uma declaração conjunta que restaurou os laços diplomáticos entre a Rússia e o Japão, mas a disputa destes territórios tem impedido a assinatura de um tratado formal de paz. Desde 1993 que as relações entre estes dois países têm melhorado significativamente, com assinaturas de vários tratados de cooperação (Curtis, 1996). Por diversas razões, esta cooperação na área da segurança não se expandiu nem aproximou os dois países. Para além das questões de soberania, os dois lados têm criticado a cooperação com terceiros. Os japoneses queixam-se de que a Rússia é o grande fornecedor de material militar para a China reforçando assim a capacidade dos chineses para projectar poder militar contra *Taiwan* e potencialmente contra o Japão (Weitz, 2008: 94).

### **c. Taiwan**

Em 1895, no final do conflito sino-japonês, a China sofreu a derrota militar e é forçada a ceder a ilha de *Taiwan* ao Japão (WW, 2000). Após a Segunda Guerra Mundial, *Taiwan* reverte novamente ao controlo da China. Em 1949, o regime comunista, liderado por *Mao Zedong*, ganha o controlo do continente, obrigando a que, em 1950, cerca de 2 milhões de nacionalistas liderados pelo General *Chiang Kai-shek*, se refugassem na ilha de *Taiwan*, tendo estabelecido ali a sede administrativa do governo da República da China. Embora os nacionalistas tivessem perdido o controlo territorial da China continental e, mais tarde, perdido a representação no assento no Conselho Permanente da ONU (em 1971), ainda se consideram como legítimos representantes da nação chinesa sob a bandeira da República da China.

Em 1972, os EUA reconhecem a República Popular da China como legítima sucessora da China imperial e consideram a ilha de *Taiwan* como fazendo parte do território, embora com autonomia alargada (Ramonet, 2005). Porém, em 1979, o



Congresso dos EUA aprovou, por unanimidade, uma resolução que obriga os Estados Unidos a garantir a segurança da ilha.

Em 2000, em *Taiwan*, dá-se a transferência pacífica do poder do Partido Nacionalista para o Partido Democrático Progressista através das eleições de sufrágio universal para a eleição do Presidente (CIA, 2009b). Desde a sua separação do continente, *Taiwan* prosperou e tornou-se numa das economias mais prósperas e fortes da Ásia Oriental. A questão política que se mantém até hoje continua a ser a das relações entre *Taiwan* e a China - especificamente o problema do eventual estatuto de *Taiwan*.

A questão de *Taiwan* transformou-se num importante ponto de discórdia entre EUA e China. Enquanto o governo dos EUA passou a alimentar esperanças de independência em *Taiwan*, inclusive com cooperação militar, os chineses agitam-se objectivando incorporá-la definitivamente ao espaço nacional. A China procura estreitar os laços económicos com *Taiwan*, aumentando a dependência do mercado chinês, ao mesmo tempo que enfraquece a posição internacional da ilha, isolando-a diplomaticamente.

Entretanto, em Março de 2005, o parlamento chinês aprovou uma lei que autorizava o uso de meios não pacíficos contra a ilha, caso os seus líderes optassem pela independência (Ramonet, 2005). O objectivo era dissuadir as pretensões dos grupos políticos que insistiam numa posição independentista. O interesse pragmático no mercado chinês e a desconfiança das alianças que sustentariam um esforço de guerra contra a China parecem ser mais importantes na avaliação dos possíveis cenários de conflito no Estreito de *Taiwan*.

Durante a Guerra Fria, *Taiwan* sempre se recusou a estabelecer contactos oficiais com a Rússia, mas a partir de década de 1980 o comércio entre estes dois países começou a desenvolver-se e, efectivamente a partir de 1990, com o fim da Guerra Fria, as relações comerciais desenvolvem-se ainda mais. Em 1992 os dois países estabelecem a Comissão de Cooperação e de Coordenação para a Economia e Assuntos Culturais (Weitz, 2008: 96).

Já em 2003, *Taiwan* começou a importar petróleo russo e as expectativas são de que o tratado de energia entre estes dois países se possa expandir. Na realidade, *Taiwan* espera, face aos extensos laços comerciais que goza com a Rússia, induzir Moscovo a utilizar os seus bons ofícios a fim de desencorajar Pequim de adoptar políticas perturbadoras contra *Taiwan*. Actualmente *Taiwan* é o quarto maior parceiro comercial na região da Ásia-Pacífico (Weitz, 2008: 96-97).

Apesar das relações comerciais existirem, a Rússia não reconhece *Taiwan* como um Estado independente. Aliás, de acordo com a entrevista efectuada em 23 de Julho de 2007



à agência *Russian News & Information Agency* pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Alexander Yakovenko criticou os esforços do governo de *Taiwan* à procura do reconhecimento internacional pela sua independência, reconhecendo apenas uma China e Pequim como o único governo legítimo (Novosti, 2007).

#### **d. Índia**

Em 1960 a tensão entre a China e a Índia aumentou e reflectiu-se ao longo dos 4500 km da fronteira (Boniface, 2002: 164). A China não aceitou o traçado da “linha Mac Mahom”<sup>27</sup>, estabelecida pelos britânicos em 1914, e, por meio de uma política de pequenos avanços, instalou posições no território indiano. Em 20 de Outubro de 1962, a China desencadeou uma operação qualificada de defesa activa e a guerra rebentou entre os dois Estados. Pequim apoderou-se de um território de 40000 km<sup>2</sup> na Caxemira, no *Aksai Chin*, que lhe permitiu ligar por via rodoviária as suas províncias de *Xinjiang* e do Tibete. Aos olhos do mundo, Pequim afirmou politicamente a sua responsabilidade decretando unilateralmente um cessar-fogo em 20 de Novembro de 1962, administrando esse território desde então. Mesmo assim, apesar de Pequim ter ocupado a província de *Aksai Chin*, esta reclama ainda como parte do seu território mais de 85000 km<sup>2</sup> do território indiano no *Anrunanachal Pradesh* (Boniface, 2002: 316).

Historicamente, estes dois países sempre tiveram influência no continente asiático e, de certa forma, sempre coexistiram. No entanto, e possivelmente pela primeira vez, ambos ascendem simultaneamente como países emergentes. Assim, surgem dois potenciais concorrentes à liderança de influências sobre o continente asiático.

Enquanto a Índia tomou a iniciativa de conduzir a Ásia sem um desenvolvimento militar e sem alianças, através das conferências *Asian Relations Conference*, realizadas em 1947 e em 1949, Pequim ocupava o Tibete em 1950. *Mao Zedong*, através deste golpe, mostrou ao mundo que a China é quem conduz os destinos da Ásia e demonstrou em termos políticos que a Índia não passava de um “tigre de papel”, excelente a organizar conferências, mas incapaz de defender um pequeno país nas suas vizinhanças. Os líderes chineses também compreenderam a importância estratégica do Tibete, fornecendo uma base nos Himalaias de onde estenderiam a sua influência (Claude, 2008).

Estas questões fronteiriças, actuais e antigas, poderiam ser consideradas pretextos para um novo conflito entre estes dois Estados, a introdução da ideia de desviar os

---

<sup>27</sup> A Linha *Mac-Mahon* resultou de um acordo assinado em 1914 entre o Império Britânico e o Tibete. A China contesta as fronteiras aprovadas por esse acordo e atravessou-as por ocasião da guerra com a Índia, em 1962, quando reivindicava o Estado indiano de *Arunachal Pradesh*, no extremo oriental dos Himalaias.



percursos dos principais rios tibetanos, de forma a alimentar as regiões centrais da China, e poderá ser o ignidor de um potencial conflito, ainda de maiores proporções.

Apesar das recentes melhorias nas relações sino-indianas, os laços com a Rússia e a Índia ainda permanecem muito fortes e mais do que aqueles entre a China e a Índia.

Do passado surge ainda uma ligação forte entre a China e o Paquistão, pois Pequim forneceu equipamento e tecnologia militar e ajudou também a desenvolver armas nucleares e mísseis balísticos que tinham por alvo a Índia.

Em Março de 2000, na capital chinesa foi estabelecido um diálogo de segurança entre estes dois países, a fim de criar medidas (ditas de *confidence-building*) relacionadas com a questão da fronteira e do seu patrulhamento.

As relações sino-indianas melhoraram significativamente nos últimos anos devido aos crescentes laços económicos e à melhoria das vias de comunicação entre ambos os países. Se a China efectivamente construir a barragem de *Shuomatan*<sup>28</sup> no Rio *Bramaputra* e se efectuar a construção do canal *Shuotion* de forma a desviarem as águas do rio *Bramaputra* para o rio Amarelo, esta situação poderá pôr em causa todos os pequenos esforços de aproximação entre ambos os países, não só contra a Índia mas contra todos os países pertencentes à região sul do continente asiático, pondo em causa toda a estabilidade regional.

Após o fim da Guerra Fria as relações diplomáticas e económicas entre as três grandes potências asiáticas estabilizaram. Actualmente, estes três países, em conjunto com o Brasil, são considerados membros do núcleo BRIC<sup>29</sup>. A Índia goza do estatuto de observador na SCO, sendo considerada a organização com mais influência na região da Ásia que liga a China e a Rússia. Os três<sup>30</sup> países também figuram na lista das nações com maior população do mundo, com a China e a Índia juntas a reunirem um terço da humanidade. As relações comerciais entre os três países desenvolveram-se substancialmente nos últimos anos, apesar dos seus baixos níveis de desenvolvimento económico e independentemente das queixas constantes da Rússia e da Índia relativamente às relações comerciais continuadas mas oscilantes com o seu também emergente rival económico.

<sup>28</sup> A construção de uma barragem com estas dimensões irá criar um enorme lago artificial, inundando vastas áreas de floresta virgem no interior da garganta *Great Bend* e não só, pois o reservatório de água pode “esticar-se” por centenas de quilómetros a montante do rio *Yarlung Tsangpo*, na região *Kongpo*. As consequências de uma enorme barragem de armazenamento no *Yarlung Tsangpo* e o desvio de caudal para o noroeste da China são variadas e com profundas consequências para o Tibete, a Índia e o *Bangladesh* (Claude, 2008).

<sup>29</sup> Termo para designar os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China.

<sup>30</sup> A Rússia, a República Popular da China e a Índia.



No entanto, todos os esforços para formar um bloco trilateral entre Pequim, Moscovo e Nova Deli têm tido resultados pouco satisfatórios, uma vez que esbarram, por exemplo, nas tensões provocadas pelo problema das fronteiras entre a China e a Índia.

Os governos, chinês e russo, também continuam a divergir sobre a aspiração da Índia em se tornar membro permanente do CSNU, permitindo inferir que Pequim ainda visa preservar o seu estatuto único como um dos cinco membros com direito de veto no Conselho de Segurança e sendo, assim, o único membro permanente do Leste da Ásia.

Em 2005, a China e a Índia declararam que, apesar das suas contínuas discordâncias relativamente a assuntos de fronteiras, as suas políticas deverão reflectir um compromisso comum para estabelecer um acordo bilateral de "parceria estratégica".

As relações comerciais também aumentaram de tal forma que, em 2004, a China tornou-se para a Índia no segundo maior parceiro comercial.

Preocupada com o crescimento económico e militar da China, a Índia, em 2004, inicia uma cooperação com os EUA, conhecida por "*Next Steps in Strategic Partnership*", (NSSP), que visa a colaboração no comércio de alta tecnologia, na exploração espacial, no desenvolvimento de mísseis balísticos para a defesa e na energia nuclear. A Índia, por outro lado, iniciou também a aquisição de material militar aos EUA.

Em Março de 2006, Pequim propôs um acordo bilateral de comércio livre que poderia resultar na substituição da China em detrimento dos Estados Unidos como o maior parceiro comercial da Índia no ano de 2012. No final de 2006, a China e a Índia assinaram o seu primeiro memorando de entendimento sobre cooperação na área de defesa.

A China e a Índia também competem pelo fornecimento de petróleo e gás oriundo da Ásia Central e África. Constata-se que Pequim mostra algum desconforto com o aumento das relações em matérias de segurança entre a Índia e o Japão, dado que este considera a Índia como um importante parceiro internacional, e uma vez que estes dois países pretendem manter a ascensão da China pacífica.

Pequim deseja evitar o envolvimento em confrontos directos com Nova Deli com receio de que estes confrontos servirão apenas para intensificar a cooperação de segurança entre os EUA e a Índia. No entanto, o governo chinês continua a pender para o apoio ao Paquistão (Weitz, 2008: 263).

#### **e. Ásia Central**

É na Ásia Central que os interesses de segurança da China e da Rússia mais se sobrepõem. Esta região apresenta-se como uma importante "arena" de cooperação sino-russa e também como um teste significativo dos seus limites (Wishnick, 2009: 27).



Embora os dois países concorram aos recursos energéticos da Ásia Central e a oportunidades comerciais, não se pretende que os novos Estados Independentes da Ásia Central se tornem espaços de rivalidade entre Moscovo e Pequim, como era esperado, mas sim grandes elementos unificadores nas relações sino-russas. No entanto, esta harmonia surge principalmente porque Pequim considera a região como de menor prioridade estratégica do que Moscovo, que ainda considera a Ásia Central uma região especial de influência russa. Porém Pequim pode eventualmente reconsiderar a sua política de defesa regional, face ao crescente interesse na obtenção de petróleo e gás da Ásia Central (Weitz, 2008: 51).

A Rússia e a China têm três grandes áreas de preocupação, em relação a interesses sobrepostos, na Ásia Central. Em primeiro lugar, ambos vêem a região como um teste para os seus objectivos de criar uma ordem mundial multipolar, com base numa visão de relações internacionais de igualdade entre Estados, em que uma variedade de Estados exerce a sua própria influência a fim de contrabalançar a dos EUA na região. Em segundo lugar, a Rússia e a China partilham a preocupação de, estabilidade e com a segurança na região da Ásia Central em prol desta ordem multipolar. Por fim, em terceiro lugar, a Rússia e a China estão empenhadas em combater o que os chineses definem através da expressão "os três males": separatismo, terrorismo e extremismo. Para a Rússia e para a China, este apoio mútuo foi amplamente referido para resolver as ameaças internas. É importante lembrar que a SCO, inicialmente conhecida por *Xangai Five*, teve início num momento em que a Rússia estava concentrada nas ameaças relacionadas com a Chechénia, enquanto alguns separatistas em *Xinjiang* usavam violência, na década de 1990, para prosseguir os seus objectivos (Wishnick, 2009: 29). Desde a década de 1970, os muçulmanos Uigure, estimados em 7 milhões de pessoas que vivem na província ocidental chinesa de *Xinjiang*, têm realizado uma luta violenta pela sua independência. Efectuaram assassinatos de autoridades chinesas, colocando bombas e efectuando assaltos a bancos. Suspeita-se de ligações a movimentos islâmicos radicais e que recebem formação em escolas religiosas do Afeganistão e do Paquistão. A estabilidade em *Xinjiang* é muito importante para a China. É vista como um teste da capacidade de autoridade e controlo das populações, e acima de tudo, serve como exemplo para as populações que pretendem a respectiva independência, como é o caso do Tibete. É importante realçar que esta província contém três grandes bacias de petróleo: o *Turpan*, *Jungar* e *Tarim*, com reservas até 150 mil milhões de barris de petróleo, de acordo com algumas estimativas optimistas. O Exército de Libertação do Povo mantém inúmeras bases e locais de testes de armas nucleares na região, que poderiam





ser ameaçadas se a população Uigure ganhasse o seu controlo (Cohen, 2001).

A longo prazo, a ameaça de uma insurreição muçulmana na Ásia Central, aparentemente, é maior. Os regimes que governam estas regiões, aliados do governo russo, aparentam sofrer de falta de legitimidade e de democracia. Face ao tipo de governos e recursos naturais da Ásia Central, Pequim olha para esta região como um futuro espaço natural de influência. Com a Organização de Cooperação de Xangai, Moscovo e Pequim tornaram-se peças fundamentais ao desenvolvimento económico na Ásia Central (Cohen, 2001). A China tem apostado no bom relacionamento com os países que fazem fronteira com a província de *Xinjiang*: Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão, através das ligações económicas e do investimento em infra-estruturas. A política chinesa de aproximação tem actualmente afastado a desconfiança existente e resolvido problemas fronteiriços (Mendes, 2008: 211).

#### **f. Médio Oriente**

O Irão é uma encruzilhada no caminho do sul da Ásia para a Turquia e, através desta, para a Europa, e da Rússia para a Índia e para o Paquistão. Existe um conjunto de interesses económicos que sustentam de forma distintiva a interacção entre a SCO e o Irão.

Actualmente, a China e a Rússia têm relações comerciais sólidas com o Irão. Pequim compra petróleo e gás e vende equipamento de defesa e outros bens a Teerão. Moscovo espera que Teerão compre sistemas e equipamentos militares mais avançados e tecnologia nuclear. Moscovo também necessita do aval multinacional do Irão para que possa explorar as potenciais jazidas de petróleo e gás do Mar Cáspio. Teerão pretende manter boas relações com a China e a Rússia em prol dos seus interesses na Ásia Central. Estes três países partilham interesses comuns na Ásia Central, incluindo a promoção dos recursos energéticos e o respectivo desenvolvimento económico como alternativa aos mercados ocidentais, tentando ainda neutralizar o terrorismo de cariz sunita e equilibrar a influência norte-americana na região. No entanto, as reacções de Teerão aos movimentos terroristas no Líbano e, acima de tudo, o controverso programa de energia nuclear fizeram com que Pequim e Moscovo mantivessem um certo distanciamento de Teerão.

O Irão, sendo um membro observador desde 2005, tem vindo a evidenciar esforços desde 2008, a fim de se juntar à SCO como membro de pleno direito. No entanto, em 2007, de acordo com as afirmações do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, *Li Hui*, o Irão havia contribuído muito para a SCO, mas os governos chinês e russo deixaram claro que não iriam apoiar a concessão plena de adesão do Irão à SCO, pelo menos enquanto as tensões entre Teerão e os países ocidentais continuassem a ser elevadas



(Weitz, 2007). Esta Postura foi alterada em Fevereiro de 2009, com a Rússia a dar sinais que há uma hipótese para o Irão ser aceite como membro de pleno direito da SCO (PressTv, 2009).

A Rússia acredita que, com a entrada do Irão na SCO, a questão nuclear do Irão seria resolvida, pois permitiria que a Rússia e a China pudessem influenciar mais positivamente a política internacional (Scheineson, 2009).

#### **g. Estados Unidos da América**

As relações entre a China e os EUA, sobretudo após a aproximação realizada na década de 1970, foram decisivas não só na evolução da política externa desses países, mas também na reordenação de forças proporcionadas pela erosão da Guerra Fria. A relação sino-americana marcou uma aproximação que destoava da postura assumida durante a Guerra Fria, produzindo uma nova geometria do poder mundial e condicionando o seu esgotamento. O fim da Guerra Fria, contudo, abriu um período de transição no sistema mundial, impondo desafios geoestratégicos a esta aliança. Nessa região, os EUA têm tido crescentes dificuldades para manter a sua hegemonia, em grande medida devido à ascensão chinesa na Ásia-Pacífico.

Nestes jogos de poder regional e mundial, surge-nos a Índia que, durante a Guerra-Fria encontrava na antiga União Soviética um contrapeso à aliança entre China e EUA. Com o novo quadro pós-Guerra Fria tem-se produzido uma redefinição nas alianças e nas relações diplomáticas. De um lado, os contenciosos nas relações sino-americanas têm empurrado a China para uma aproximação estratégica com a Rússia, evidenciada na formação da SCO e na densidade das relações bilaterais. De outro, enquanto os EUA têm procurado na Índia o contrapeso à ascendência chinesa no continente asiático e no Pacífico, Pequim tem respondido com o aprofundamento das relações com a Índia, procurando dissuadir a percepção de ameaça mútua.

Apesar dos inúmeros atritos diplomáticos, as relações económicas sino-americanas revelam uma profunda interdependência, numa relação de soma positiva que, no entanto, produz ganhos diferenciados. A evolução desta intrincada interdependência sino-americana pode influenciar decisivamente o rearranjo de poder regional e global e, por sua vez, o novo ordenamento mundial em transformação.

O triângulo entre Moscovo, Pequim e *Washington* tem um enorme significado para a Ásia e para a política global, bem como para a segurança nacional dos Estados Unidos e dos seus aliados e parceiros na Ásia. No entanto, as relações multilaterais entre estas grandes potências são complexas, contraditórias e dependentes. Os regimes estão





preocupados com a troca de benefícios, como um incentivo para impedir uma aliança das outras duas partes. Por vezes, cada um tenta unir-se a outro contra um terceiro. Há que analisar a presença dos EUA na região da Ásia Central e as respectivas implicações. Assim, a Ásia Central tem agora três organizações diferentes, multilaterais, que operam sob o pretexto da segurança, a OTAN com o seu programa Parceria para a Paz, o CEI<sup>31</sup> CSTO<sup>32</sup> e o SCO<sup>33</sup> RATS. O actual ambiente de segurança na Ásia Central, assim como no Afeganistão, permanece volátil e inseguro (GS, 2008?). A económica, a segurança e as políticas regionais podem facilmente ser ameaçadas, quer por agentes internos ou externos à região. No futuro, a tarefa será identificar quais as áreas em que essas três organizações multilaterais irão operar, competir ou entrar em conflito e de que forma os EUA podem/devem interagir.

Após os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, a presença militar dos EUA era claramente encarada como um símbolo de cooperação na luta anti-terrorismo e, de certa forma, protegendo o *status quo* existente na liderança e governação da Ásia Central. No entanto, e após os acontecimentos de *Andijon*<sup>34</sup>, qualquer um poderia argumentar que os EUA são agora encarados como um símbolo de instabilidade ao perturbar o delicado equilíbrio regional. Esta percepção relativamente aos EUA irá influenciar o modo como a Rússia, a China e os Estados da Ásia Central irão reagir a crises e irá determinar o seu grau de cooperação, competição ou conflito. Embora a Rússia e a China possam solicitar uma postura mais activa para a SCO como parte do quadro de segurança regional, a questão permanece em saber qual a forma como os Estados da Ásia Central irão interpretar a presença dos EUA.

#### **h. União Europeia**

No que diz respeito ao relacionamento sino-russo, as questões com a Europa passam pelo sector energético. Em 2006 o Ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão, *Frank-W. Steinmeier*, afirmava que face à proximidade da Europa a estes países, tinha dois interesses estratégicos na Ásia Central: para conter a expansão do fundamentalismo islâmico e os vastos recursos energéticos naturais (Antonenko, 2007). No entanto, se a UE pretende reforçar o seu papel na região, deve-se envolver não só com os Estados da Ásia Central, mas também com as organizações regionais que partilham muitas das suas preocupações sobre a segurança, estabilidade e desenvolvimento. Na sequência de recentes

---

<sup>31</sup> Comunidade de Estados Independentes.

<sup>32</sup> *Collective Security Treaty Organization's secretariat.*

<sup>33</sup> *Regional anti-terrorist structure Shanghai Cooperation Organization.*

<sup>34</sup> Massacre de *Andijon*, no Uzbequistão, em 13 de Maio de 2005.



descobertas de depósitos de gás muito ricos, há especulações de mudança de regime no Turquemenistão e de que poderia abandonar a sua forma extrema de neutralidade aderindo à SCO num futuro próximo. A SCO, embora pouco conhecida na Europa, tornou-se, numa influente e ambiciosa organização regional com muita dinâmica, que se tem desenvolvido ao longo do continente asiático. Nos últimos anos, a influência ocidental na Ásia Central tem vindo a diminuir e a influência da Rússia e da China tem crescido. Esta mudança fez com que a SCO se tornasse num importante organismo internacional (Antonenko, 2007).

Efectivamente, num contexto de crescentes tensões com o Ocidente pela questão energética, Moscovo tem levantado o espectro de desviar as exportações de gás para a região Ásia-Pacífico. Os governantes russos alegam que a UE tem poucas alternativas para o gás russo, numa época de crescente procura global, enquanto Moscovo pode sempre entrar em rápida expansão dos mercados da Ásia Oriental, em particular, no da China. Esta situação leva-nos a uma contradição de postura por parte da Rússia, pois esta sempre preferiu negociar com clientes fixos e a Europa tem sido alimentada pelo gás russo há décadas. Esta relação de negócios tem crescido constantemente, mesmo durante o apogeu da Guerra-Fria e após a desintegração da União Soviética. Por outro lado, as quantidades fornecidas à China são relativamente desconhecidas, apesar da Rússia alegar que a China é uma alternativa à Europa. Alguns analistas europeus consideram ilusória esta questão energética, porque os chineses têm interesse em diminuir as importações oriundas da Rússia (Lo, 2008). As importações de petróleo têm vindo a diminuir em comparação com anos anteriores, enquanto as perspectivas para as importações de gás são incertas. O gás natural representa apenas 3% do consumo de energia chinesa, embora este possa vir a aumentar para 8% até 2020. A China espera uma procura adicional de energia no mercado interno, mas, por outro lado, conta com os fornecimentos de gás natural liquefeito a partir do Turquemenistão e da Austrália. As exportações de gás russo para a China são insignificantes e não mudarão até que os russos forneçam o gás a um preço mais baixo do que fornece à Europa e garanta uma maior fiabilidade nas infra-estruturas de transporte dos produtos (Lo, 2008).

Aparentemente, Moscovo é hábil em explorar o nervosismo dos Estados-Membros da UE, uma vez que a política energética comum ainda não está definida. A União Europeia é fornecida em termos de gás por apenas dois mercados: o africano, mas com pouca expressão no norte da Europa, e o russo, o qual tem um maior impacto numa série de países europeus. De facto, enquanto a Rússia e a UE necessitarem uns dos outros, a Rússia depende mais da União Europeia como um mercado do que a UE depende da



Rússia como um fornecedor. A China não é apenas uma alternativa inviável para o destino do gás russo, mas as exportações da energia representam cerca de 65% do total do comércio externo da Rússia e mais de metade das receitas do orçamento federal. A UE é também de longe o maior parceiro comercial da Rússia e fonte de investimento directo estrangeiro. Inversamente, o grau de dependência do gás russo para a UE tem sido muito exagerado. Na maioria dos Estados-Membros da União Europeia, o gás russo representa menos de 10% do consumo total de energia primária, e a vulnerabilidade do mesmo, poderia ser substancialmente atenuada por uma rede integrada de gasoduto da UE e por um verdadeiro compromisso com uma política de diversificação energética (Lo, 2008).

No entanto a SCO têm competência sobre questões energéticas, o que poderia tornar-se relevante para a segurança energética da Europa. Na realidade, nesta organização estão dois dos maiores produtores mundiais de energia fora da OPEP, a Rússia e Cazaquistão, bem como dois dos maiores consumidores, a China e a Índia. A Europa continuará a depender da Rússia para as importações de petróleo e gás e no futuro poderia competir com a China sobre recursos energéticos. Então, um diálogo entre a SCO e a UE sobre a segurança energética poderia constituir um fórum para os seus participantes discutirem questões como a transparência dos mercados da energia e da diversificação do aprovisionamento energético. As duas entidades poderiam trabalhar em conjunto a fim de desenvolver projectos estratégicos, envolvendo o transporte da energia para a China e para a Europa.

A Rússia e a China são parceiros importantes para a UE, embora esta deva naturalmente atribuir uma maior importância às parcerias bilaterais com a Rússia e com a China. Um diálogo SCO-UE poderia contribuir para reforçar as relações bilaterais, especialmente desde que Moscovo e Pequim consideram a SCO uma prioridade da política externa. Nem a China nem a Rússia vêem a UE como um desafio na Ásia Central. Assim, a UE e a SCO não estão destinadas a tornar-se rivais na região.

A SCO pretende abordar as questões de segurança, sendo que muitas das quais importam para a UE. Estas organizações partilham um interesse comum em regime de cooperação para perturbar as redes terroristas. Ambas querem estabilizar o Afeganistão. A SCO pode eventualmente desempenhar um papel importante nas questões internacionais criadas pela postura do Irão e influenciá-lo, assim, a abandonar as suas ambições nucleares (Antonenko, 2007).



## 5. Conclusões

Tendo como base o tema das “Relações sino-russas”, propusemo-nos analisar as relações entre os vários Estados que afectam, directa ou indirectamente, as relações sino-russas actuais para um melhor entendimento desta questão. Assim, tendo em conta a investigação efectuada, analisamos as questões derivadas, validando-as ou rejeitando-as, com a finalidade de responder à questão central de forma a antever a evolução futura das relações sino-russas na próxima década.

Relativamente à primeira questão derivada **“QD1 – Qual é a importância geopolítica das relações sino-russas no continente asiático?”** foi levantada a seguinte hipótese:

**“H1** - A importância geopolítica das relações sino-russas resulta da dimensão dos seus territórios: a China com a sua elevada população e a sua localização geográfica que a potencia como poder continental na região Ásia-Pacífico, e a Rússia com a sua influência geográfica, nuclear e militar e que apresenta vastos recursos energéticos, pretendendo manter a sua influência política como actor internacional.”

Conclui-se que os aspectos geopolíticos têm um grande impacto na Ásia, com ênfase nos países da Ásia Central. Se analisarmos a relação sino-russa segundo o prisma de *Halford Mackinder*, não existe domínio efectivo do *heartland*. Existem, sim, situações em que se pré-configura a união dum *heartland*, algo dividido, com crescente interior ou marginal e percepção-se uma aproximação de interesses com a China e a Rússia, visando equilibrar a influência do poder militar norte-americano. A Rússia encontra-se paulatinamente a reconstruir a sua área de influência, embora a nível da Europa, e nomeadamente devido à acção da União Europeia, ainda encontre alguns constrangimentos. Está a exercer a sua influência no Cáucaso e na Ásia Central e obviamente por toda a Ásia. No entanto, a sua capacidade de influência acaba também por ficar limitada fundamentalmente pelo Japão e pela China. Essencialmente a Rússia é uma potência continental, independentemente do dilema geoestratégico interno e geopolítico que sempre teve em se assumir como uma potência asiática ou europeia, apesar do apogeu da Marinha soviética no final da Guerra-Fria. No Cáucaso, a China não demonstra interesse, mas na Ásia Central poderá eventualmente apresentar problemas de coabitação com a Rússia.

Relativamente à China, e no que diz respeito à questão interna, existem diversos problemas: o de instabilidade e o da potencial secessão nas regiões autónomas do Tibete e em *Xinjiang*. Estas áreas apresentam um potencial fragmentador e de instabilidade para a



China, revelando-se actualmente como uma das principais preocupações do governo chinês. Este pretende manter, acima de tudo, uma estabilidade interna, porque sem esta não conseguirá alcançar aquilo que a China pretende, nomeadamente o desenvolvimento económico pacífico.

Estas duas regiões autónomas (Tibete e *Xinjiang*) são particularmente delicadas, nomeadamente *Xinjiang*, uma vez que englobam várias etnias que acabam por ocupar território russo do Azerbaijão e do Uzbequistão, existindo desde logo uma grande preocupação relativamente ao fenómeno do terrorismo e a possível secessão em *Xinjiang*. Com esta grande preocupação em mente, a Rússia e a China criaram e desenvolveram a Organização de Cooperação de Xangai. Após os atentados do 11 de Setembro, os EUA começam a entrar na Ásia Central sob a justificação do combate ao terrorismo, o que levou à sua presença no Afeganistão, tendo sido construídas algumas bases aéreas em determinadas Repúblicas da Ásia Central. A Rússia sente a necessidade de estabilizar a sua esfera de influência em áreas tradicionalmente consideradas próximas de Moscovo e apresenta uma política muito assertiva no Cáucaso. Assim, face ao exposto considera-se validada a respectiva hipótese.

Relativamente à segunda questão derivada “**QD2 – Nas relações sino-russas, quais os potenciais campos de cooperação e qual o objectivo principal da sua política externa?**” foi levantada a seguinte hipótese:

“**H2** – Os potenciais campos de cooperação são: energia, área militar e área política e diplomática, tendo como um dos objectivos a limitação da influência norte-americana na região da Ásia Central.”.

No que respeita a esta questão, identificaram-se, de facto, três grandes áreas de cooperação: a área energética onde o potencial é enorme, a área militar e a área política e diplomática, nomeadamente na Ásia Central.

A China, apesar de atribuir a construção de três centrais nucleares a uma empresa francesa, tem no seu programa de construção (até 2020), um total de 25 centrais nucleares. Actualmente, a tecnologia ocidental apresenta melhores garantias do que russa, mas não “fecha a porta” aos russos. Numa lógica de “*quid pro quo*”, e se for útil e vantajoso para a China, esta irá atribuir a construção de centrais nucleares à Rússia e, basicamente, o seu retorno virá em termos energéticos. Exemplo disso é a cedência da concessão da construção do ramal do oleoduto da Sibéria Oriental, garantindo mais um fornecedor contínuo à China, sendo também um facto que, perante a dinâmica e baixa actual dos preços do petróleo, o 1º Ministro russo *Putin* cedeu às pretensões chinesas de ter um ramal



directo para a China. A China limita-se a aproveitar a situação política e financeira actual, pois goza de excesso de moeda para, de certa forma, ser um investidor. Basicamente, a China aproveita-se da situação, garantindo a derivação do oleoduto da Sibéria Oriental para a China, e os russos obtêm um terminal que irá terminar no Japão. Para a Rússia, esta acaba por beneficiar com o “melhor dos dois mundos”, garantindo o financiamento para a construção do oleoduto da Sibéria Oriental e garante o fornecimento contínuo a mais dois mercados, acima de tudo porque a Rússia não pretendia estar exclusivamente dependente do fornecimento de gás à União Europeia.

Quanto à área de cooperação militar, e apesar do primeiro exercício militar *Peace* 2005 apresentar objectivos obscuros, considerando a desproporção dos meios utilizados para os objectivos propostos (o do combate ao terrorismo), na realidade, e na opinião de muitos analistas, este evento não passou de uma feira de equipamento militar russo. Já o exercício *Peace* 2007 teve uma dimensão mais modesta e os restantes países da SCO tiveram uma participação mais activa. Analisando os exercícios sob a “capa” do combate ao terrorismo, para a China existe sempre a vantagem de poder observar o que os russos estão dispostos a vender, embora estas transacções comerciais estejam fortemente condicionadas, uma vez que os russos não estão dispostos a vender a sua última tecnologia face aos receios relacionados com o dilema da segurança nas relações internacionais.

Por fim, existe um objectivo político, que obviamente atribui à SCO uma estrutura de coesão, uma vez que à medida que vamos tendo mais países da SCO a participarem nestes exercícios, o escalão das forças também poderá vir a aumentar, atribuindo um significado político mais forte. Por outras palavras, a SCO tem vindo a demonstrar a sua contínua consolidação, existindo mesmo um forte interesse na cooperação a fim de se estabilizar a Ásia Central, pretendendo no final funcionar como um dissuasor relativamente à inserção dos interesses dos EUA e da NATO na Ásia Central. Assim, considera-se validada a hipótese considerada.

Relativamente à terceira questão derivada “**QD3 – Qual o papel da SCO no relacionamento entre a China e a Rússia?**” foi levantada a seguinte hipótese:

“**H3** – O papel da Organização de Cooperação de Xangai tem sido o de, essencialmente, funcionar como uma plataforma de entendimento, proporcionando à China e à Rússia, perante um quadro multilateral conveniente, a gestão dos seus interesses nos Estados recentemente independentes da Ásia Central;”

Apesar da análise deste trabalho se focar muito na dimensão militar, a actividade abrangente da SCO vai para além desta dimensão e é um mecanismo aglutinador de um



consenso regional. A SCO não se resume a uma dimensão de cooperação para combate ao terrorismo, tendo também uma componente de desenvolvimento económico e de apoio ao desenvolvimento, particularmente na componente energética. Existem ainda programas de financiamento, suportadas pelos chineses, russos ou outros Estados da Ásia Central, que primariamente se dirigem à componente energética, mas que também têm outros componentes, ainda que simbólicos, que não deixam de ser importantes em termos políticos, nomeadamente no que se refere aos recursos financeiros que são atribuídos a programas de apoio ao desenvolvimento e educação escolar, construção de infra-estruturas, e/ou de telecomunicações, materializando desta forma o espírito de cooperação da SCO. Do exposto decorre também a validação da hipótese considerada.

Relativamente à quarta questão derivada “**QD4 – Quais as possíveis áreas de competição?**” foi levantada a seguinte hipótese:

“**H4** – As possíveis áreas de competição são o desenvolvimento e comercialização de tecnologia militar e a influência regional”.

A competição será, fundamentalmente, na Ásia Central, independentemente da SCO. O mercado de construção de oleodutos e gasodutos apresenta-se bastante atraente. A China pretende praticamente garantir na totalidade o financiamento destas obras, de modo a permitir que a Rússia não seja o seu principal fornecedor de combustíveis, evitando assim um eventual condicionamento não só dos preços como de uma relação de dependência face à Rússia. A política da China visa diversificar ao máximo as suas fontes de abastecimento. Podemos, assim, afirmar que a questão energética será de certa forma um “híbrido”, ora de cooperação, ora de competição, na área de interesse comum que é a Ásia Central.

Relativamente às exportações de armamento, estas irão depender das regras do mercado, sendo consideradas, como uma competição, na verdadeira acepção da palavra. No entanto, em termos de comercialização de tecnologia militar, os clientes da Rússia não se sobrepõem aos da China. Segundo o relatório de transferência de armas da *Stockholm International Peace Research Institute*, os principais clientes da China são o Paquistão e o Bangladesh e os principais clientes da Rússia são a própria China e a Índia. No entanto, actualmente não há sobreposições de mercado.

Quanto a esta quarta hipótese, considerámos não se poder validar na totalidade, pois, em termos de comercialização de equipamentos militares, não se verifica qualquer competição por não haver sobreposição de clientes.





Estamos agora em condições de responder à questão central:

**QC: “Como vão evoluir as relações sino-russas na próxima década?”**

Após a análise e validação das hipóteses anteriormente mencionadas, podemos, de facto, avançar para um conjunto de conclusões: os aspectos geopolíticos têm um grande impacto na Ásia, com ênfase nos países da Ásia Central; nos aspectos militares tem-se vindo a desenvolver uma série de exercícios combinados com os diversos países da SCO, reforçando a sua capacidade de inter-operacionalidade e possibilitando à Rússia mostrar aos seus parceiros da SCO o equipamento militar disponível para comercialização; no que concerne à questão política e diplomática, a participação de todos os países da SCO nos exercícios militares reforça a coesão da própria organização, perspectivando uma cooperação mais eficaz; no campo energético teremos um misto de competição e de cooperação, beneficiando efectivamente a China e a Rússia no futuro; com o surgimento da SCO, a região da Ásia Central não só beneficiou em questões de segurança e de defesa, mas também de programas de desenvolvimento de infra-estruturas. Assim, face ao desenvolvimento interno e influências da evolução das condicionantes regionais e globais, o relacionamento sino-russo apresenta-se numa das suas melhores fases, porém a “mola real” na relação entre a China e a Rússia na próxima década será a consolidação da sua área de influência na Ásia Central, concentrando-se em retirar, ou reduzir, o predomínio ou possível influência da NATO e dos EUA nesta região.

Como considerações finais, e apesar de este trabalho não ter focado a sua atenção nos aspectos internos de cada país, há uma dimensão de política interna que devemos ter em atenção: para que possamos perceber como as relações externas num país vão evoluir, temos que compreender como é que cada um desses países se poderá desenvolver no plano interno. Concretamente, e tomando como exemplo o caso da Rússia, temos uma questão “sui generis” relativamente à sucessão da liderança entre *Dmitri Medvedev* e *Vladimir Putin*: enquanto na China existe um centralismo democrático, num só partido, na Rússia há uma espécie de centralismo democrático, não num partido mas nos seus líderes, podendo ter como consequência uma indefinição sobre a longevidade e fiabilidade das suas políticas. Por outro lado, a China, com a sua demografia e actual crescimento económico, pode condicionar as relações externas com a Rússia, face ao dilema de segurança por parte desta, tendo como consequência alguns receios que se reflectem numa política prudente de venda de equipamento militar à China.





## Referências bibliográficas

### Monografias

**BONIFACE**, Pascal (2002). *Guerras do Amanhã*. Mem Martins: Inquérito.

**MAGALHÃES**, Nuno Santiago de (2008). *Poised Cooperation in Korea: Egoist, N, and Reunification's Zero-sum Game, East Asia Today*. Lisboa: EDIUAL.

**MENDES**, Carmen Amado, **FREIRE**, Maria Raquel (2008). *A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento: Geopolítica*. Aveiro: ISCIA.

**WEITZ**, Richard (2008). *China-Russia Security Relations: Strategic Parallism Without Partnership or Passion?* Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

**WISHNICK**, Elizabeth (2009). *Russia, China, and the United States in Central Asia: prospects for great power competition and cooperation in the shadow of the Georgian crisis*. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

### Artigos em publicações periódicas

**FERNANDES**, Jorge Almeida (2008). *Mundo, Crise na Geórgia*, Jornal Público, Quinta-feira, 28 de Agosto de 2008, p. 10 - 11.

**LO**, Bobo (2006). *China and Russia: Common interests, contracting perceptions*. Asian geopolitics Special report.

**PIRCHNER**, Jr. Herman (2008). *The uncertain future, Sino-russian relations in the twenty-first century*, Demokratizatsiya, The Journal of Post-Soviet Democratization, Volume 16, nº 4 Fall 2008, Washington, p. 318.

### Sítios da Internet

**ANTONENKO**, Oksana, The EU should not ignore the Shangai Co-operation Organisation, Centre for European Reform. [em linha]. Maio de 2007, [Referência de 14 de Janeiro de 2009], p. 3. Disponível em <[http://www.cer.org.uk/pdf/policybrief\\_sco\\_web\\_11may07.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/policybrief_sco_web_11may07.pdf)>.

**BBC Brasil**, Rússia reconhece independência da Ossétia e Abecásia. [em linha]. 26 de Agosto de 2008, [Referência de 05 de Janeiro de 2009]. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080826\\_medvedevindependencia\\_pu.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080826_medvedevindependencia_pu.shtml)>.

**BLANK**, Stephen J, Military Capabilities of the People's Republic of China, Congress of



United States of America [em linha]. 19 de Julho de 2000, [Referência de 4 de Janeiro de 2009]. Disponível em <[http://fas.org/spp/starwars/congress/2000\\_h/00-07-19blank.html](http://fas.org/spp/starwars/congress/2000_h/00-07-19blank.html)>.

**CGNPG**, China Guangdong nuclear power group, Development of clean energy [em linha], 2009a. [Referência de 05 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <<http://www.cgnpc.com.cn/n1093/n463576/n463677/index.html>>.

**CGNPG**, China Guangdong nuclear power group, Development of clean energy [em linha]. 2009b. [Referência de 05 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <<http://www.cgnpc.com.cn/n2881959/n3075227/n3075259/n3075422/3186708.html>>.

**CIA(a)**, Rússia, [em linha], 23 de Abril de 2009a, [Referência de 24 de Abril de 2009]. Disponível em <<https://cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>.

**CIA(b)**, China, [em linha], 23 de Abril de 2009a, [Referência de 24 de Abril de 2009]. Disponível em <<https://cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>.

**CIA(c)**, Taiwan, [em linha]. 23 de Abril de 2009b, [Referência de 24 de Abril de 2009]. Disponível em <<https://cia.gov/library/publications/the-world-actbook/geos/tw.html>>.

**CLAUDE**, Arpi, Himalayan Rivers: Geopolitics and Strategic Perspectives, Indian Defence Review [em linha]. 23 de Junho de 2008, [Referência de 5 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www.indiandefencereview.com/2008/06/himalayan-rivers-geopolitics-and-strategic-perspectives.html>>.

**COHEN**, Ariel, The Russia-China Friendship and Cooperation Treaty: A Strategic Shift in Eurasia? The Heritage Foundation [em linha]. 18 de Julho de 2001, [Referência de 16 de Janeiro de 2009]. Disponível em <http://www.heritage.org/research/russiaandeurasia/bg1459.cfm#pgfId=1151087>

**CURTIS**, Glenn E., Japan: *A Country Study*, Library of Congress [em linha]. 1996, [Referência de 10 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://countrystudies.us/russia/85.htm>>.

**EMRPCB**, Embaixada da República Popular da China no Brasil, China reduz consumo de energia por unidade de PIB em 2,88% [em linha]. 07 de Agosto de 2008. [Referência de 15 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t481696.htm>>.

**FELLERS**, Gordon. East Siberian oil pipeline construction start. Pipeline & Gas Journal [em linha]. Junho de 2006, [Referência de 12 de Janeiro de 2009]. Disponível em <[http://findarticles.com/p/articles/mi\\_m3251/is\\_6\\_233/ai\\_n24989267/](http://findarticles.com/p/articles/mi_m3251/is_6_233/ai_n24989267/)>.



**GLOBO**, O Globo, Banco Mundial rebaixa para 6,5% previsão de crescimento económico da China. [em linha]. 18 de Março de 2009, [Referência de 20 de Março de 2009]. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/03/18/banco-mundial-rebaixa-para-6-5-previsao-de-crescimento-economico-da-china-754885779.asp>>.

**GP**, Gazeta do Povo, EdF faz joint com empresa da China para produzir usina atómica. [em linha]. 18 de Agosto de 2008, [Referência de 06 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://portal.China.com.br/gazetadopovo/economia/conteudo.phtml?id=796070>>

**GS**, GLOBALSECURITY.ORG, Collective Security Treaty Organization (CSTO) [em linha]. 2008, [Referência de 12 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/military/world/int/csto.htm>>.

**H**, History Chanel, This day in history, Chanel history [em linha]. n.s [Referência de 20 de Fevereiro de 2009], Disponível em <http://www.history.com/this-day-in-history.do?action=Article&id=2578>.

**HAAS**, Marcel de, Russia-China Security Cooperation, Power and Interest News Report (PINR) [em linha]. 27 de Novembro de 2006, [Referência de 12 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www.pinr.com/about.php>>.

**HELMER**, John, China loan turns Russian oil east, Asiatimes online [em linha]. 24 de Fevereiro de 2009, [Referência de 27 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <[http://www.atimes.com/atimes/Central\\_Asia/KB24Ag01.html](http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/KB24Ag01.html)>.

**HIROKAW**, Takashi, SATO, Shigeru, Japan Asks China to Halt Gas Output in Disputed Field, Bloomberg [em linha]. 1 de Fevereiro de 2007, [Referência de 4 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <[http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601101&sid=aGr\\_c9EYuevA&refer=japan](http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601101&sid=aGr_c9EYuevA&refer=japan)>.

**HUNDMAN**, Eric, CFE Treaty: Prospects for Asia, ISN, International Relations and security Network [em linha]. 24 de Abril de 2008, [Referência de 20 de Dezembro de 2008]. Disponível em <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?ots591=4888CAA0-B3DB-1461-98B9-E20E7B9C13D4&lng=en&id=88717>>.

**LI**, Jiang, Friendship Pact: a New Stage in Sino-Russian Relations, China.org. cn [em linha]. 20 de Julho de 2001, [Referência em 21 de Dezembro de 2008]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/2001/Jul/16355.htm>>.

**LO**, Bobo, Tem things everyone should know about the Sino-Russian relationship, Centre for European Reform [em linha]. Dezembro de 2008, [Referência de 15 de Janeiro de 2009], p. 7. Disponível em <[http://www.cer.org.uk/pdf/pb\\_china\\_bl\\_dec08.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/pb_china_bl_dec08.pdf)>.



**MACDONALD**, Brad, China Becomes Japan's Largest Trade Partner, The Trumpet.com [em linha]. 22 de Agosto de 2008, [Referência de 12 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www.thetrumpet.com/?q=5446.3771.0.0>>

**MILLER**, John H., Russia-Japan Relations: Prisoners of History?, Asia-Pacific Center for security Studies. [em linha]. Outubro de 2004, [Referência de 15 de Março de 2009], p. 7-2. Disponível em <[www.apcss.org/PublicationsSAS/AsiaBilateralRelations/Japan-RussiaRelationsMiller.pdf](http://www.apcss.org/PublicationsSAS/AsiaBilateralRelations/Japan-RussiaRelationsMiller.pdf)>

**NOVOSTI**, Ria, Russia for one China, against Taiwan's independence - ministry-1, Russian News & Information Agency [em linha]. 23 de Julho de 2007, [Referência de 12 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <<http://en.rian.ru/russia/20070723/69515680.html>>

**NOVOSTI**, Ria, Russian-Chinese Su-33 fighter deal collapses, China National News [em linha]. 10 de Março de 2009, [Referência de 12 de Março de 2009]. Disponível em <<http://story.chinanationalnews.com/index.php/ct/9/cid/9366300fc9319e9b/id/476220/cs/1/>>.

**PRESSTV**, Russia shatters Iran SCO membership hopes [em linha]. 21 de Fevereiro de 2009, [Referência de 23 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <<http://www.presstv.ir/detail.aspx?id=86352&sectionid=35102010>>.

**RAMONET**, Ignacio, A China contra a China, Le Monde diplomatique [em linha]. Abril de 2005, [Referência de 14 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2005-04,a1087>>

**RFMD**, The Russian Federation Ministry of Defense, The history of joint counterterrorism exercise of the Shanghai Cooperation Organization (SCO) member states [em linha]. 2008? [Referência de 4 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www.mil.ru/eng/1864/12073/27963/27964/index.shtm>>.l

**SCHEINESON**, Andrew, The Shanghai Cooperation Organization, Council on Foreign Relations [em linha]. 24 de Março de 2009, [Referência de 26 de Março de 2009]. Disponível em <<http://www.cfr.org/publication/10883/#3>>.

**UM**, University of Maryland, The Ancient Dynasties [em linha]. [2008?], [Referência 3 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www-chaos.umd.edu/history/ancient1.html>>.

**WEITZ**, Richard, *Iran Again Fails to Secure Shanghai Cooperation Organization Membership*, World Politics Review Exclusive [em linha]. 28 de Agosto de 2007, [Referência de 16 de Janeiro de 2009]. Disponível em



<<http://www.worldpoliticsreview.com/Article.aspx?id=1070>>.

**WW**, Wars of the World, Sino-Japanese War 1894-1895 [em linha]. 16 de Dezembro de 2000, [Referência de 12 de Janeiro de 2009]. Disponível em <<http://www.onwar.com/aced/data/sierra/sinojapanese1894.htm>>.

**XIAOKUN**, Li, China protests Japan's Diaoyu Islands stance, China Daily [em linha]. 28 de Fevereiro de 2009, [Referência de 3 de Março de 2009]. Disponível em <[http://www.chinadaily.net/china/2009-02/28/content\\_7522234.htm](http://www.chinadaily.net/china/2009-02/28/content_7522234.htm)>.

**YN**, Yahoo! Notícias, China aumenta meta de energia nuclear em 2020 para 5% [em linha]. 4 de Fevereiro de 2009, [Referência em 10 de Fevereiro de 2009]. Disponível em <<http://br.noticias.yahoo.com/s/04022009/40/economia-china-aumenta-meta-energia-nuclear.html>>.

### **Bibliografia consultada**

**CUNHA**, Luís (2008). *China: Cooperação e conflito na questão de Taiwan*. Lisboa: Prefácio.

**FEJTO**, François (1973a). *O conflito China URSS: I Da aliança ao conflito*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

**FEJTO**, François (1973b). *O conflito China URSS: II A China perante dois inimigos*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

**COC**, China.org.cn, Joint Communiqué of the United States of America and the People's Republic of China (Shanghai Communiqué) [em linha]. n.s.[em referência em 10 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.china.org.cn/english/china-us/26012.htm>>

### **Entrevistas**

Carriço, Alexandre (2009). *Relações Sino-russas*. Em Apêndice 1 do presente trabalho.



## APÊNDICES



## Apêndice 1 - Entrevistas realizadas

### Excertos da Entrevista

Realizada em 27 de Abril de 2009 ao Sr. Major Alexandre Manuel Garrinhas Carriço, autoridade reconhecida em assuntos chineses, com funções de docência na Academia Militar.

Sr. Major,

**Na sua opinião e atendendo ao impacto da crise financeira mundial actual, pode afirmar-se que poderá haver alterações significativas no relacionamento entre a China e a Rússia e com os diversos países relevantes para a sua relação?**

Sim. Relativamente à distribuição de poder internacional toda esta recessão económica vai provocar alguns ajustamentos. Não acredito que sejam ajustamentos estratégicos a curto prazo, ou seja, o sistema unipolar ou multi-unipolar consoante a caracterização que nós queremos fazer dele se vá transformar num sistema bipolar por causa da China. Há uma tendência para que, pouco a pouco, o sistema se torne multi-polar, talvez daqui a 30 anos, mas isto de fazer futurologia nas relações internacionais é como “fazer uma cartilha de *Tarot*” entrando no campo das ciências exotéricas. O grau de falibilidade é muito elevado.

### **Os actuais recursos financeiros da china são “limitados”?**

Sim. Quer se queira, quer não, e ao contrário do que se possa pensar, o esforço de desenvolvimento da China é enorme porque temos assimetrias de desenvolvimento económico brutais entre aquilo que é o litoral e o interior. Nós ficamos, obviamente, surpresos e admirados com toda aquela magnificência como é o exemplo de Xangai. Mas não é preciso uma pessoa avançar 50 ou 60 km para o interior da China e ver exactamente grandes assimetrias; se uma pessoa viajar de comboio na China, por exemplo em Xangai e for para o interior, já para não falar até ao Tibete, mas se andarmos os 50 km a 60 km para o interior é uma viagem no tempo e, literalmente, começa a observar partes do séc. XXI e depois começa a entrar em meados do séc. XX e se for preciso vais terminar na 1ª Revolução Industrial ou antes em que vês formas de agricultura tradicionais em que o pessoal lavra com junta de bois e descalços e vivem em condições péssimas.

Independentemente de as pessoas pensarem que a China tem aquelas reservas bilionárias de moeda forte, particularmente o dólar, os desafios ao desenvolvimento da China ainda são enormes e portanto mesmo essas reservas em moeda forte que têm acabam por se esvair.



### **Qual será o futuro de *Taiwan*?**

O futuro de *Taiwan* a meu ver será simplesmente uma unificação, uma unificação absoluta...nem que demore 100 anos...se for o caso... uma unificação transitória segundo o modelo similar ao que aconteceu com Macau será inevitável. Desde que foi eleito o novo presidente *Ma Ying-jeou*, sendo um moderado, tem tido um discurso mais cooperativo. Agora não nos esqueçamos de uma coisa, a China em 2005 publicou a lei anti-secessão. Basicamente essa lei define, de uma certa forma, o que é a “*Red Line*”, ou seja, a linha na areia que eventualmente se for violada por parte de *Taiwan* ao transpor essa linha, implica imediatamente uma actuação militar por parte da China. Portanto, essa lei anti-secessão de 2005 formula exactamente qual é o comportamento limite que é permitido a *Taiwan* e o comportamento para além do qual implica necessariamente uma actuação militar ou emprego da força directamente ou não por parte da China. Isto é particularmente inteligente, porque transfere o ónus da contenção e da dissuasão do comportamento sinistro por parte de *Taiwan* para os EUA, ou seja, quando a China delimita exactamente o que pretende e diz claramente “Este é o meu padrão e estas são as regras” e define as regras, quem tem que de certa forma “tamponar” e limitar o comportamento mais agressivo ou mais independentista por parte de *Taiwan*, são os EUA se não quiserem entrar no conflito directo.

### **Mas foram os EUA que criaram esta ambiguidade, pois em 1972 reconhecem a China como legítima herdeira da China Imperial?**

Os EUA neste momento já têm, desde a presidência de Bill Clinton, a atitude de refutarem simplesmente qualquer tentativa de independência unilateral de *Taiwan*, ou seja, neste momento os EUA estão relativamente contentes com o presente “*status quo*” e fundamentalmente depois da crise de 95/97 o principal interesse dos EUA é efectivamente tentar “moldar” e conter comportamentos mais agressivos, mais secessionistas e mais independentes por parte de *Taiwan*. Porque quer se queira ou não *Taiwan* acaba por estar muito dependente, tal como a China, dos EUA.

Os EUA funcionam como o verdadeiro dissuasor em termos militares relativamente a uma intervenção militar da China sobre *Taiwan*. Portanto, a meu ver, como já tinha dito, uma reunificação é inevitável e acredito que será feita de uma forma pacífica como *Deng Xiao-Ping* havia dito, nem que seja preciso esperar 100 anos. Portanto, não é neste momento uma prioridade e irá acontecer naturalmente... basta atendermos às trocas comerciais entre *Taiwan* e a China.





**Na minha opinião, as trocas comerciais são uma das ambiguidades que vejo no relacionamento entre *Taiwan* e os países à sua volta...**

É uma diáspora fortíssima. Em Xangai vivem cerca de 200 mil *Taiwaneses* e, portanto, neste momento a integração é muitíssimo forte. Já vimos que basicamente a população de *Taiwan* não está muito direccionada para uma agenda independente desde que o partido democrático perdeu as eleições (neste momento é o partido *Kuomintang*). Assim, não acredito que efectivamente se volte nos tempos mais próximos a um discurso tão agressivo e tão independente. A longo prazo esta estratégia é benéfica para a China, porque tem a vantagem do tempo.



## **ANEXOS**



## Anexo A – Cronologia dos problemas fronteiriços entre a China e a Rússia.

The Treaty of Nerchinsk	1689 – The Treaty of Nerchinsk was the first signed by the Qing Empire with a European state. In defining the border along the Argun River, the treaty designated the whole of the Amur region as belonging to China and denied the Russians access to the sea of Okhotsk.
	1858 – The Treaty of Aigun gave Russia control of the left bank of the Amur River. Under the treaty, which was pushed through with the help of 'gunboat diplomacy', the border ran the length of the Amur River to its mouth, giving Russia access to the sea of Okhotsk.
The 'unequal treaties'	1860 – The Treaty of Peking gave Russia the right bank of the Amur River, present-day Primorskii krai, and parts of Manchuria. As a result of the treaties of Aigun, Peking and Tarbagatai (1864), Russia gained some 665,000 square miles of Chinese territory. The Manchu province of East Tartary became the Russian Far East.
	1937 – Japan invades Manchuria.
	1938 – Stalin expels the Chinese and Korean population from the Russian Far East.
	1945 – The Soviet Union takes over Manchuria from the Japanese.
	1949 – The Soviet Union returns Inner Mongolia to China.
Border clashes	1969 – Soviet and Chinese border guards clash on Damansky Island on the Ussuri River.
	1986 – In a major speech in Vladivostok, Gorbachev indicates that the Soviet Union is prepared to be flexible on the border issue.
	1991 – Agreement is reached on delimitation of the eastern section (97 percent) of the border.
	1994 – Agreement on the western section of the border.
	1995 – Agreement on the final stretch (54 km) of the border.
	1996 – Shanghai agreement on confidence-building measures along the former Sino-Soviet border.
	1999 – Signing of the Protocol on Delineation of the Eastern and Western sections of the border.
Signing of the Sino-Russian Treaty of Good Neighbourliness, Friendship and Cooperation	2001 – Signing of the Sino-Russian Treaty of Good Neighbourliness, Friendship and Cooperation.
	2004 – Agreement on final demarcation of the eastern border, settling the question of the remaining disputed islands in the Amur River.
	2005 – Ratification of the final border agreement by the Chinese and Russian legislatures.

Adaptado de (Lo, 2006: 11).



## Anexo B – Relações comerciais entre a China e a Rússia (1995 a 2005)

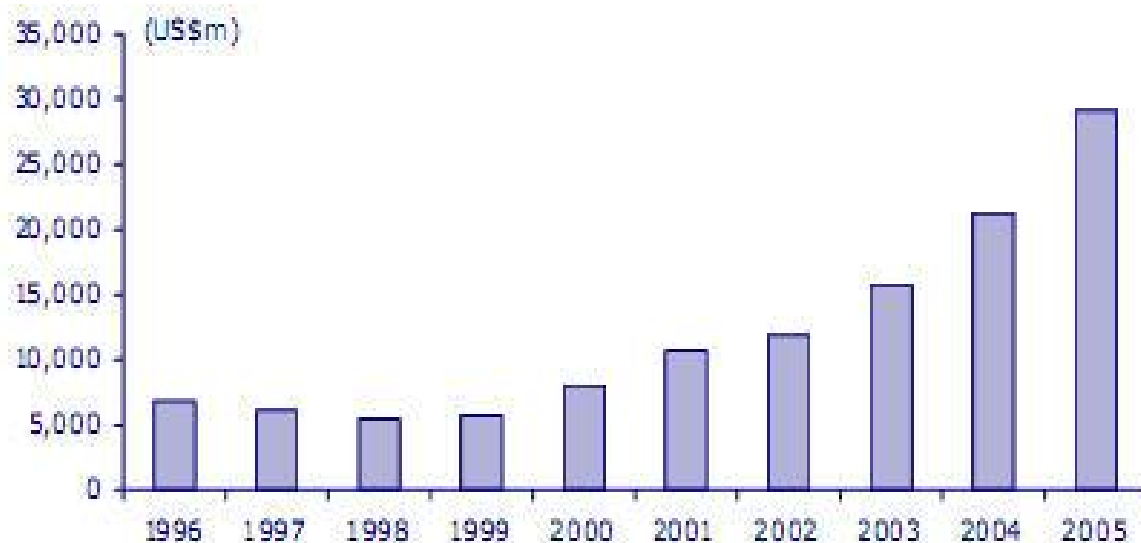


Figura 1 - Relações comerciais entre a República Popular da China e a Rússia<sup>35</sup>, no período de 1996 a 2005. Antes da crise financeira mundial em 2009, se as previsões de 2006 se tivessem mantido, estaria previsto em 2010 um volume de transacções comerciais entre a China e a Rússia na ordem dos 60 mil milhões de dólares.







<sup>35</sup> Adaptado de (Lo, 2006: 14).



### Anexo C - Representação de todos os países pertencentes à SCO



Figura 2 - Representação de todos os países pertencentes à Organização de Cooperação de Xangai e os respectivos países observadores.

(■) Países Membros		(■) Países Observadores	
	República popular da China		Índia
	Cazaquistão		Irão
	Quirguistão		Mongólia
	Rússia		Paquistão
	Tajiquistão		
	Uzbequistão		